



Anais da Assembléia

Nº 40

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, 07 DE MAIO DE 1980

ANO VI

2.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 9.^a LEGISLATURA

ATA DA 38.^a SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 7 DE MAIO DE 1.980

QUARTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Fabiano Braga Côrtes, secretariada pelos Senhores Deputados Basílio Zanusso e Tadeu Lúcio Machado.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Fabiano Braga Côrtes, Tércio Albuquerque, Nelson Buffara, Basílio Zanusso, Domício Scaramella, Fuad Nacli, Tadeu Lúcio Machado, Adalberto Daros Aguiar, do P. Lima, Airton Cordeiro, Antônio Facci, Augusto Carneiro, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Edilson Alencar, Egon Pudell, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fidelcino Tolentino, Fiori Luiz, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, João Elísio, João Mansur, José Domingos, José Domingos Scarpelini, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto Oliveira, Mário Celso, Nelson Friedrich, Nestor Baptista, Nilso Sguarezi, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer e Wilson Fortes. (58).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.^o SECRETÁRIO — procede a leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.^o SECRETÁRIO — procede a leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que seja consignado na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, um voto de profundo pesar, pelo falecimento do Senhor FRANCISCO OTÁVIO DOS REIS, ocorrido no dia 04 deste, na cidade de Bela Vista do Paraíso.

Outrossim, requer ainda que seja dada ciência da Casa, à família enlutada, através do endereço à Rua Prefeito Humberto Pavanelli, n.^o 373, Bela Vista do Paraíso - Pr.

Sala das Sessões, em 7 de maio de 1.980.

a) José Tavares.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, na forma regimental, após ouvido o Plenário, REQUER, seja consignado em ata

um voto de pesar pelo falecimento do Sr. CARLOS OSCAR GENGNAGEL, ocorrido em data de 04 do corrente. Tratava-se de pessoa altamente estimada e relacionada na sociedade de Vila Nova Distrito de Toledo, onde exerceu com alto espírito de trabalho e competência o cargo de sub-prefeito sendo merecedor de alto conceito, deixando irreparável lacuna na comunidade.

Requer, outrossim, que seja levado ao conhecimento da família enlutada este voto de pesar ao seguinte endereço: aos cuidados da Prefeitura de Toledo.

Sala das Sessões, em 7 de maio de 1.980

a) Egon Pudell.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, na forma regimental, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado voto de louvor e congratulações pelo trabalho realizado desde 1.977 no Comando da Polícia Rodoviária Estadual, ao Ten. Coronel SERGIO MASTEK RAMOS, que culminaram com a definição do DENATRAN — Departamento Nacional de Trânsito do Ministério da Justiça com a Polícia Rodoviária a mais eficiente do Brasil comprovada através de cópia de telex que acompanha o presente requerimento. Recentemente o Paraná recebeu comissões de Engenheiros e Oficiais Militares de outros Estados o sistema adotado através da Polícia Rodoviária Estadual principalmente de coordenação com a Secretaria dos Transportes e o Departamento de Estradas de Rodagem do nosso Estado. O Oficial em questão realizou recentemente curso avançado de Trânsito na Universidade de Brasília, com duração de 3 meses com a finalidade específica de preparar Oficiais para trabalharem na área de trânsito consoante com a nova política ora implantada.

Sala das Sessões, em 7 de maio de 1.980

a) David Cheriegate.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, a inserção em Ata de um voto de congratulações ao jornal "Gazeta do Povo", mais especificamente pela campanha vitoriosa, encetada por "Gazeta na Justiça", para a construção do Fórum de Curitiba.

Da decisão da Casa dê-se ciência aos responsáveis por "Gazeta na Justiça" Drs. Antonio Celso C. Albuquerque e Waterloo Marchesini Júnior, bem como ao Diretor Presidente da Empresa Editora "Gazeta do Povo". Dr. Francisco da Cunha Pereira Filho.

Sala das Sessões, em 7 de maio de 1.980

a) Adalberto Daros.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, c envio de expediente solicitando ao Excelentíssimo Senhor ÂNGELO AMAURY STABILE, Digníssimo Ministro da Agricultura, Excelentíssimo Senhor NEY AMINTAS DE BARROS BRAGA, Governador do Estado e Excelentíssimo Senhor REINHOLD STEPHANES, Digníssimo Secretário da Agricultura, uma definição clara e concreta a respeito da CAMPANHA DE COMBATE AO CANCRO CÍTRICO NO

PARANÁ, elucidando a verdadeira natureza e os rumos e objetivos dessa Campanha.

Sala das Sessões, em 7 de maio de 1.980

a) Egon Pudell.

JUSTIFICATIVA:

O problema do Cancro Cítrico tem acarretado sérios prejuízos à cultura dos frutos cítricos em nosso Estado a ponto de qualquer dia desses, o Brasil ser compelido a mudar sua situação de exportador para o de importador de cítricos.

Diante de tal conjuntura, solicitamos veemência que se defina de uma vez por todas, os rumos e o cronograma da Campanha de Combate ao Cancro Cítrico ou se estude os meios que permitam ao Citricultor brasileiro conviver com a doença em seu pomar.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. JOÃO BAPTISTA FIGUEIREDO, Digníssimo Presidente da República, Excelentíssimo Senhor Doutor Antonio Delfim Netto, Digníssimo Ministro do Planejamento, Excelentíssimo Sr. Doutor Eli-seu Rezende, Digníssimo Ministro dos Transportes, Excelentíssimo Senhor NEY AMINTAS DE BARROS BRAGA, Digníssimo Governador do Estado, Doutor Marcelo Miranda, Digníssimo Governador de Mato Grosso do Sul, solicitando o traçado definitivo da chamada FERROVIA DA SOJA e seja estabelecida uma ligação entre as cidades de CASCAVEL ao Porto de GUAÍRA, favorecendo aos municípios de: TOLEDO, PALOTINA, MARECHAL CÂNDIDO RONDON, SANTA HELENA, ASSIS CHATEAUBRIAND, TERRA ROXA e GUAÍRA.

Sala das Sessões, em 7 de maio de 1.980

a) Egon Pudell.

JUSTIFICATIVA:

O presente solicitado prende-se ao fato de que a ligação entre as cidades acima referidas virá facilitar, diretamente das principais fontes, o escoamento não só da produção de soja, como de cereais e produtos da pecuária e outros ramos da economia paranaense, de Mato Grosso do Sul e do Paraguai.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, usando das atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expedinte ao Sr. Haroldo Ferreira Dias, DD. Secretário de Estado da Segurança Pública, no sentido de encarecer urgentes providências para dotar o DETRAN de Londrina, de maior capacidade objetivando atendimento mais rápido, digno e respeitoso, ao mesmo tempo em que pede o fim da "taxa" extra, como forma de moralizar aquele órgão.

Sala das Sessões, em 7 de maio de 1.980

a) Fiori Luiz.

JUSTIFICATIVA:

Centenas de pessoas procuram diariamente o DETRAN de Londrina a fim de regularizar documentos de habilitação e de veículos. O que não se concebe é que uma cidade do porte de Londrina, terceira da região Sul do País, continue a suportar o precário e moroso atendimento daquela repartição, cujas atividades estão minadas de preconceitos e privilégios em favor de uns poucos e em detrimento da grande maioria de pessoas que não podem contar com padrinhos políticos ou pessoas de aproximação dentro do DETRAN, para que seus prontuários e demais documentos afins sejam

expedidos com a mesma rapidez que o são daqueles que foram acompanhados ou indicados.

Para exemplificar, podemos citar cidadãos simples do povo, devidamente documentados e quites com os seus deveres e obrigações para com a Nação, que se acham no direito de providenciar sozinhos seus documentos, pois não aceitam contar com a ajuda e interferência de padrinhos, ficam na fila aguardando 70 a 90 dias para os exames preliminares e mais 30 dias para os exames práticos.

Após tudo isso, o candidato terá que aguardar outro longo período para a chegada da sua carteira de habilitação, pois alegam que a vinda pelo Correio é demorada. Mas se o candidato pagar uma "taxa" extra para que determinada pessoa ligada ao DETRAN vá pessoalmente a Curitiba buscar o documento, tudo bem.

Os que dependem do DETRAN de Londrina afirmam que o órgão cobra, ilegalmente, "taxas" extras para a "caixinha". A propina corre solta. As taxas "extras" são as seguintes: carro usado, licenciamento, 30,00; transferência, 30,00. Para carro novo, 60,00. São mais de 400 veículos por dia. Carteira da Auto-Escola, 200,00. Pedir Prontuário, 150,00, fora o acerto do guincho, que todos afirmam ser um grande "chuncho".

A retenção de carteira, beneficiando auto-escolas, é outra grave denúncia, conforme matéria na "Folha de Londrina" do dia 4/5/80.

É preciso colocar um paradeiro na corrupção do DETRAN. Há algum tempo, um delegado e um funcionário, lotados em Curitiba, estiveram em Londrina, depois da denúncia da "Folha de Londrina" do dia 15/3. Fizeram um relatório, e ficou nisso. Parece que não há interesse na divulgação, pois o Capitão Aparecido Rodrigues é homem de confiança de determinados "figurões" do Governo.

Com a palavra o Sr. Secretário de Segurança do Estado.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado ao final assinado, usando de suas atribuições regimentais, ouvido o Plenário, REQUER à Mesa a constituição de uma Comissão Especial composta de 3 (três) membros para representar o Poder Legislativo Estadual nos festejos em comemoração ao 33.^o aniversário da cidade de Maringá, devendo a comissão acompanhar a programação respectiva no período de 7 (sete) a 15 (quinze) do mês em curso.

Sala das Sessões, em 7 de maio de 1.980

a) Antônio Facci.

JUSTIFICATIVA:

A presente solicitação de constituição de comissão especial, justifica-se pela importância tanto econômica quanto cultural da cidade de Maringá no cenário paranaense. Com apenas 33 anos, Maringá se apresenta ao Brasil como uma das principais cidades em desenvolvimento, bastando apenas lembrar que é o maior centro de comercialização de Grãos do País; maior consumidora de energia elétrica industrial do interior do Estado, mantendo uma organização universitária modelar para o Estado, enfim, uma comissão especial desta Casa será presença de destaque indiscutível em tal efeméride.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, o envio de ofício ao Sr. Nivaldo Almeida Netto, Secretário dos Transportes, solicitando o asfaltamento do trecho compreendido entre a BR-101 e a cidade de Agudos do Sul.

Sala das Sessões, em 7 de maio de 1.980

a) Carlos Zanlorenzi.

JUSTIFICATIVA:

Trata-se de um trecho de aproximadamente 40 Km cujo asfaltamento beneficiará também o Município de Tijucas do Sul, que são municípios de produção agrícola e pecuária e esta medida virá baratear e facilitar o escoamento das safras, possibilitando mais uma opção para quem se dirige a Curitiba.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

SÚMULA:

REQUER o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Presidente da República, Excelentíssimo Sr. Ministro da Fazenda, Excelentíssimo Sr. Ministro da Agricultura, Excelentíssimo Sr. Ministro da Indústria e Comércio, Excelentíssimo Sr. Presidente do Senado Federal, Excelentíssimo Sr. Governador do Estado do Paraná e Excelentíssimo Sr. Secretário da Agricultura do Estado do Paraná.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja oficiado às Excelentíssimas autoridades referidas na súmula, solicitando que seja autorizada a liberação da exportação de suínos, uma vez que a peste suína foi totalmente erradicada, eis que há mais de doze meses não se tem conhecimento algum de surgimento do referido mal.

Sala das Sessões, em 7 de maio de 1.980

a) Egon Pudell.

JUSTIFICATIVA:

Senhor Presidente e Senhores Deputados:

Difícilmente ocupamos esta tribuna para exacerbar, protestar, atacar, ou dirigir reclamações contra quem quer que seja, porque esta é a nossa educação e a nossa formação pessoal e política. É porque estamos cõscios de que o parlamentar, com a responsabilidade que assumiu perante o povo, tem a obrigação precípua de firmar e adotar as suas diretrizes políticas, e paralelamente de caráter patriótico, de acordo com as diretrizes do seu partido, com o seu raciocínio e com a sua consciência.

Ser Parlamentar é, em nome do povo, levar a sua opinião e os seus conceitos a esta Egrégia Casa e aos outros poderes que detem em suas mãos as decisões e a força das medidas objetivas em benefício da comunidade, que afinal, é o próprio povo; ser Parlamentar não é atirar pedras contra o Governo; não é exercer a crítica sistemática e sem embasamento, como se esta fosse o escopo de suas atribuições no Parlamento (seja de que agremiação política for); ser Parlamentar é levar à tribuna, com a honestidade de sua palavra e a higiene dos seus conceitos, as aspirações da comunidade; é apresentar as fórmulas que possam equacionar o progresso e dialogar com ele sobre os teoremas com que nós todos nos defrontamos.

Senhor Presidente e Senhores Deputados! Cumpre-nos tecer estas considerações na introdução deste nosso pronunciamento, para lembrar que nós protestamos e insistimos com toda a nossa veemência em receber uma solução imediata por parte dos órgãos do Governo Federal sobre a solicitação que fizemos nesta Casa, em abril do ano passado, com referência a então, extinta peste suína no Estado do Paraná.

E repetimos, a seguir, na íntegra, um trecho daquele nosso pronunciamento em abril de 1.979:

"As exportações continuam paralisadas, e este é o vértice de nosso pronunciamento. É óbvio que os mercados compradores no exterior, se recusam a importar, e com toda razão. Acontece porém, que o mal já foi erradicado e não mais se teve notícia do surgimento de algum foco da doença. É mistér, portanto, que o Governo Federal se sensibilize com este detalhe promissor, e determine, imperativamente, aos

seus órgãos competentes, que se proceda a agilização de medidas e processos para que seja feita nova verificação nos rebanhos brasileiros, interferindo junto aos países importadores, e, paralelamente, junto à F.A.O., que, pelo que entendemos, é o órgão técnico que procede a estas averiguações. Mas, repetimos, que estas medidas sejam tomadas em termos da maior urgência possível. Cada mês que passa, com a exportação paralisada, além da perda vultosa de divisas, desencadeia-se uma série de situações altamente prejudiciais. Sabemos que a produção tem de se desenvolver sem regressão, como é o processo correto da industrialização. Haverá plethora do produto e, decorrentemente, a agressão das ofertas. Assim, pouco a pouco o preço vai se aviltando."

Naquela oportunidade, em abril de 1.979, encarecemos respeitosamente a esta Casa que fossem enviadas cópias de inteiro teor ao

Excelentíssimo Senhor Presidente da República
Excelentíssimo Senhor Ministro da Fazenda
Excelentíssimo Senhor Ministro da Agricultura
Excelentíssimo Senhor Ministro da Indústria e Comércio
Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado Federal
Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Federal
Excelentíssimo Governador do Estado do Paraná
Excelentíssimo Sr. Secretário da Agricultura do Estado do

Paraná.

Sabemos, pelas informações que colhemos, que está sendo procedido o levantamento sorológico nos rebanhos de suínos, mas, face ao tempo decorrido, concluímos, afinal, que os trabalhos se desenvolvem, como diríamos, com muita timidez. E perguntamos: POR QUE?

Doze meses se passaram nesta expectativa, neste compasso de espera, altamente prejudicial à exportação do produto, ocorrência de caráter negativo aos produtores, e que, paralelamente, eliminou, rasurou, cancelou enorme parcela de divisas, das quais o Brasil tanto necessita.

E perguntamos mais: quanto tempo ainda os produtores paranaenses continuarão aguardando uma solução que marcha com uma lentidão inexplicável? — Enquanto isto, a comercialização do produto fica em estado estacionário, os estoques inflam, o crédito desmorona, os produtores perdem o estímulo, e o Brasil não soma divisas.

Nesta oportunidade, encarecemos ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Agricultura as suas honrosas determinações de uma ação conclusiva, que o Paraná necessita urgentemente.

Ao finalizar, respeitosamente solicitamos a esta Casa a sua aprovação no sentido de serem enviadas cópias de inteiro teor deste pronunciamento às Excelentíssimas autoridades mencionadas acima.

PROJETO DE LEI:**PROJETO DE LEI N.º 39/80**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica criado o Município de FIGUEIRA, com sede na localidade do mesmo nome, território desmembrado dos Municípios de Curiuva, Sapopema e Ibaiti e divisas seguintes:

"A linha perimetral do Município de Figueira tem início em um ponto situado na nascente do Ribeirão da Areia Branca e segue por este até o ponto em que recebe o Ribeirão das Pedras.

Sobe por este até a nascente de onde segue por linha seca rumo Noroeste até encontrar o divisor de águas constituído pela Serra Grande ao longo do qual segue rumo Norte até encontrar a estrada de Sapopema à Congonhinhas. Ao longo da qual segue rumo Norte

até encontrar o Córrego do Veado, pelo qual desce até sua foz no Rio Laranjinha pelo qual sobe até o ponto em que este recebe o Ribeirão das Pombas, o qual sobe até o ponto em que cruza a Estrada Figueira-Ribeirão do Pinhal, a qual acompanha rumo Norte até sua confluência com a estrada que demanda a Ibaiti, na localidade denominada Fazenda Cambui e segue por esta rumo Leste até o ponto em que cruza o Ribeirão do Tigre, descendo por este até sua foz no Ribeirão do Rumo, o qual sobe até sua nascente a partir de onde segue por linha seca rumo Sul até encontrar a nascente do afluente pela margem direita do Ribeirão da Capivara o qual desce até a foz, descendo então pelo Ribeirão da Capivara até o ponto em que desemboca no Rio Laranjinha, pelo qual sobe até o ponto em que recebe o Rio Alecrim. Subindo então por este até a foz do Arroio da Casa da Pedra pelo qual se sobe até sua nascente, seguindo por linha seca rumo Oeste-Noroeste até a nascente do afluente do Arroio da Esperança até a nascente seguindo depois por linha seca rumo Norte até encontrar a nascente do Ribeirão Areia Branca, encontrando o ponto de partida da linha perimetral.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 07 de maio de 1980.

aa) GABRIEL MANOEL e TADEU LÚCIO MACHADO
JUSTIFICATIVA:

O município, que se pretende criar, reúne todas as condições que a legislação exige.

Isso prova suficientemente que Figueira apresenta os requisitos de natureza social, econômica, política e urbana capazes de sustentar vida autônoma e, mais do que isso, se transformar em polo de desenvolvimento da região.

Por outro lado, Figueira se constitui hoje no centro de atividade industrial e extrativa, absorvendo toda a mão-de-obra dos municípios circunvizinhos.

Dessa forma, a criação do município convém a todas as comunas situadas geograficamente próximas de Figueira.

Projetos de Resolução:

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 26/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1.º — É proibido o porte de arma, de qualquer espécie, nos edifícios da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Parágrafo único — O Deputado Estadual ao ingressar nos edifícios da Assembléia tendo arma em seu poder, dela fará entrega mediante recibo, no local designado pela Comissão Executiva, a funcionário por esta incumbido de guardá-la.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 07 de maio de 1980.

aa) FABIANO BRAGA CÔRTEZ — Presidente

BASÍLIO ZANUSSO — 1.º Secretário

DOMÍCIO SCARAMELLA — 2.º Secretário

JUSTIFICATIVA:

A iniciativa constante do presente Projeto de Resolução, encontra seu amparo em norma inserida no Regimento Interno desta Casa, mais especificamente nos artigos 23, III e 118, onde estão anotadas as seguintes disposições:

“Art. 23 — À Mesa compete, além das atribuições consignadas em outras disposições regimentais:

I —

II —

III — prover a polícia interna da Assembléia.”

“Art. 118 — O policiamento do edifício da Assembléia e de suas dependências compete, privativamente, à Comissão Executiva, sem intervenção de qualquer outro Poder.”

Do exame destes dispositivos, deflue a certeza do acolhimento da medida que após detidamente analisada, por certo receberá manifestação favorável do plenário.

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 25/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1.º — A Caixa Beneficente dos Funcionários da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná — CABENFALE, sociedade civil de natureza assistencial, é reconhecida como órgão oficial de representação da classe junto a este Poder.

Art. 2.º — Fica instituído um plano de assistência médica, hospitalar e odontológica para os deputados estaduais, inclusive esposa e filhos menores, filhos maiores até vinte e quatro (24) anos, sem economia própria, e filhos inválidos sem limite de idade, e para os funcionários efetivos do Quadro de Pessoal da Assembléia Legislativa, extensivo aos seus dependentes, como tal definidos no Estatuto da CABENFALE, mediante convênio com organizações que operem no regime de seguro-saúde.

Art. 3.º — Para executar o programa assistencial de que trata o artigo anterior, fica credenciada a Caixa Beneficente dos Funcionários da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná — CABENFALE, que terá poderes para firmar convênios, coordenar sua implantação e fiscalizar sua execução.

Art. 4.º — A Assembléia Legislativa será responsável pelos encargos financeiros decorrentes do convênio assistencial, no qual intervirá como anuente, obrigando-se aos repasse de recursos necessários, sob a forma de adiantamentos em favor da Caixa Beneficente dos Funcionários da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná — CABENFALE.

Art. 5.º — Para os efeitos do art. 4.º, a Assembléia Legislativa fará constar anualmente do Orçamento Analítico dotação equivalente ao consignado no exercício anterior, acrescido de percentual idêntico à soma das majorações do salário-mínimo.

Art. 6.º — A Caixa Beneficente dos Funcionários da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná — CABENFALE, encaminhará, anualmente, à Comissão Executiva da Assembléia Legislativa balanço e relatório referentes à execução do plano assistencial.

Art. 7.º — À Caixa Beneficente dos Funcionários da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná — CABENFALE, será atribuído o “pro-labore” correspondente a recolhimento de prêmios de seguros e de previdência privada, descontados na folha de pagamento dos funcionários da Assembléia Legislativa.

Art. 8.º — A Caixa Beneficente dos Funcionários da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná — CABENFALE, baixará regulamento do serviço médico, hospitalar e odontológico, para conhecimento dos interessados.

Art. 9.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 07 de maio de 1980.

aa) BASÍLIO ZANUSSO e DOMÍCIO SCARAMELLA
JUSTIFICATIVA:

1 — O projeto procura alcançar dois objetivos claramente distintos: credenciar a CABENFALE como órgão de representação dos funcionários junto à Assembléia Legislativa, e conferir “status” legal ao sistema de assistência médico-hospitalar atualmente consubstanciado em atos regulamentares.

2 — No tocante ao primeiro alvo, cabe assinalar, preliminarmente, que a medida encontra apoio do Art. 342, do Estatuto dos Funcionários Cíveis do Paraná, o qual atribui à respectiva Associação o título de órgão oficial de representação da classe.

Inquestionavelmente, a CABENFALE guarda idêntica relação em face do Poder Legislativo, até porque o citado Estatuto é endereçado ao servido do Poder Executivo, aplicando-se as suas disposições, no que couber, aos funcionários de outros Poderes e órgãos especiais.

No mérito, a credenciação teria o efeito saudável, por todos os títulos, de transferir para o seio da associação, apartada física e operacionalmente, do processo administrativo, os

debates e questionamentos acerca dos interesses do funcionário enquanto servidor da Assembléia.

Inseparável da própria condição de assalariado, ainda que sob o regime jurídico estatutário, o servidor da Assembléia também pleiteia melhorias, alimenta compreensíveis e naturais desejos de progresso na carreira profissional.

Porém, toda a massa de reivindicações encontra-se difusa, inorgânica, e muitas vezes mal contidas, em convivência danosa com o processo administrativo, por falta de condutos institucionais por onde ganhar forma definida e chegar aos centros decisórios.

Transferir para o âmbito da entidade de classe o conjunto esperso de aspirações, propiciando o debate amplo, moderado, seguramente pelo equilíbrio de interesses dos diversos grupos ocupacionais envolvidos, para recebê-lo harmônico, através de porta-voz representativo, será de parte desta Assembléia, providência da mais alta sabedoria política.

3 — Acerca da segunda meta, basta simplesmente repetir que o sistema de assistência médico-hospitalar — abrangente de Deputados e familiares —, hoje um serviço indispensável porque incorporado ao patrimônio da comunidade que faz pulsar o Poder Legislativo, graças a excelência de sua organização, reclama um suporte normativo mais estável, e, como resultado, assecuratório de conveniente permanência.

4 — Alguns ligeiros acréscimos, como a da apresentação anual de balanço e relatório, consignados no artigo 5.º, ou o referente a inclusão de verbas no orçamento analítico, disposto pelo artigo 4.º, este objetivando corrigir a tendência ultimamente registrada (quadro anexo) de encurtar os percentuais em contraposição ao sentido altista da curva dos custos, além de se explicarem por si próprios, implicam no aperfeiçoamento do diploma legal ora projetado.

5 — Em face de tais razões, espera-se rápida, tranqüila e unânime acolhida da presente idéia entre os dignos Legisladores.

Anexos: 1) Decreto Legislativo n.º 397/71;

2) Decreto Legislativo n.º 1/73;

3) Estatuto Social da CABENFALE;

4) Regulamento do Serviço Médico, Hospitalar e Odontológico;

5) Quadro demonstrativo de aumentos percentuais concedidos pela Assembléia na verba destinada ao Serviço Médico, Hospitalar e Odontológico.

O SR. PRESIDENTE (**Fabiano Braga Côrtes**). — Está finda a leitura do Expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao nobre Deputado Adalberto Daros.

O SR. ADALBERTO DAROS — Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados.

Ocupo a tribuna, nesta sessão, para encaminhar à Mesa um requerimento. Todavia devo, para justificá-lo, o que teria feito na sessão de ontem, colocar a esta Assembléia Legislativa um artigo da "Gazeta do Povo"; mais especificamente a página publicada toda a segunda-feira por este jornal de grande circulação no Estado: "Gazeta na Justiça".

Diz o jornal "Gazeta do Povo" na sua página de segunda-feira "Gazeta na Justiça": (**Lê**)

"Nova e alvissareiras perspectivas abrem-se ao Poder Judiciário e, em especial, aos advogados militantes e jurisdicionados desta capital, pois finalmente, terça-feira passada, o Governador Ney Braga aprovou a construção do tão almejado "Forum de Curitiba", depois da série de entendimentos mantidos com o Presidente do Tribunal de Justiça, Des. Marino Bueno Brandão Braga.

Sem dúvida alguma, a decisão governamental veio coroar de êxito mais uma meritória campanha da GAZETA DO POVO e, particularmente, da página "Gazeta na Justiça", que defen-

dendo os altos interesses da comunidade, chegou a contar com a aquiescência da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Paraná, no intento de sensibilizar o Chefe do Executivo para a necessária obra pública.

A campanha, aliás, teve início tão logo o Poder Judiciário resolveu locar o Edifício Montepar (mais conhecido por "Idi Amin"), a fim de nele instalar as Varas Cíveis desta capital, sem as mínimas condições de funcionamento e segurança. Intensificada neste ano, através de seguidos editoriais, reportagens e pronunciamentos incisivos, inclusive, mostrando o local onde deverá ser edificado o "Forum de Curitiba", afinal, segundo fontes extra-oficiais, o futuro prédio já está se tornando realidade.

CONSTRUÇÃO DO FORUM

Para a construção do "Forum" de Curitiba, sabe-se que o Governador Ney Braga decidiu entregar a responsabilidade técnica e orçamentária à EMOPAR, que é uma empresa do Governo do Estado, em plenas condições de realizar a obra até o próximo ano, aproveitando o mesmo local onde, há cerca de 25 anos, foi prevista a edificação e concluídos os serviços de fundação do terreno. O prédio, portanto, será construído ao lado do Edifício do Tribunal do Júri, com todas as facilidades de acesso e para estacionamento de veículos.

Segundo informações filtradas nos bastidores do Tribunal de Justiça, sabe-se que o Des. Marino Braga, até a semana vindoura, baixará ato administrativo constituindo uma comissão de magistrados e de técnicos para, no menor tempo possível, elaborar os estudos preliminares sobre o projeto do "Forum de Curitiba", de modo que a EMOPAR possa se incumbir das obras. O tal projeteo deverá ter características arquitetônicas funcionais, num conjunto horizontal de no máximo quatro pisos, em área aproximada de 8 mil metros quadrados e bastante semelhante ao "Forum do Rio de Janeiro".

Sr. Presidente, Srs. Deputados: mais uma vez se vê, através do jornal "Gazeta do Povo", que o Sr. Governador do Estado promete a Curitiba, a esta cidade que represento aqui na Assembléia Legislativa, a construção deste Forum para esta Capital tão necessário. Mesmo porque o Tribunal de Justiça, o Poder Judiciário, vêm pagando ao prédio onde estão instaladas algumas varas cíveis, no Edifício Montepar, um aluguel muito alto.

Razão pela qual, Sr. Presidente e Srs. Deputados, devo encaminhar um requerimento de congratulações aos responsáveis por esta página de "Gazeta na Justiça", Drs. Antônio Celso Albuquerque e Waterloo Marchesini Júnior, bem como ao Diretor-Presidente da Editora "Gazeta do Povo", Dr. Francisco da Cunha Pereira Filho, por esta campanha encetada para que o Governo do Estado se sensibilizasse e propusesse tal obra, como diz ter proposto agora.

Todavia, fico no resguardo, de ver se não é mais uma promessa do Governo do Estado em tantas feitas por aí. Resguardo-me, Sr. Presidente, em dar congratulações ao Governo do Estado por esta medida, apenas quando se verificar efetivamente que o Governador do Estado fará e deverá fazer, acredito eu, com que esta obra seja começada logo e seja concluída, a fim de que tenhamos em Curitiba, para que aqueles que militam na Justiça, possam ter condições de melhor trabalho.

Somente isto, Sr. Presidente. — (**Sem revisão do orador**).

O SR. PRESIDENTE (**Fabiano Braga Côrtes**). — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito, no Pequeno Expediente, nobre Deputado Lineu Turra.

O SR. LINEU TURRA — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Nós já deveríamos ter vindo à tribuna para falar sobre aquilo que hoje, vamos dizer, é com respeito, Sr. Presidente, Srs. Deputados, ao lamentável episódio que envolveu esta Casa e que teve o seu desdobramento no Congresso Nacional, onde o Deputado Federal Hélio Duque, abordou o assunto, perante os Srs. Congressistas, enquanto o porta-voz oficial do Palácio Iguaçu, Deputado Norton Macedo, entendeu de espalhar a intriga e a contra-informação nas hostes oposicionistas, dando

como lido, e às escondidas, seu infundado pronunciamento.

A Bancada do PMDB na sua unanimidade, ao contrário do que afirmou o Deputado Norton Macedo, não isenta de imparcialidade o comportamento do Sr. Governador Ney Braga, pelos fatos ocorridos e pelos que venham a ocorrer nesta Casa. E mais, Sr. Presidente, como tanto se tem insistido aqui nesta Casa, de que sobre aquilo que se afirma, deve-se trazer provas, então que se tragam as provas de que só um Deputado da nossa bancada tenha qualificado o Sr. Ney Braga como isento de paixões política e comportamento administrativo.

De igual modo, Sr. Presidente, repelimos as afirmações do Deputado Norton Macedo, por serem absolutamente infundadas, queremos também nesta oportunidade, dizer que o artigo publicado no jornal "A Gazeta do Povo", que se pretende através de requerimento, do nobre Líder do PDS, Deputado Erondy Silvério, seja transcrito nos Anais desta Casa, queremos dizer que é um conceito unilateral, de quem escreveu o artigo, sem maior expressão; e como prova disso, citamos a grande imprensa nacional, de que a própria "Folha de São Paulo", de que o Deputado Hélio Duque é um deputado reconhecidamente de grande expressão no conceito nacional.

Por esta razão é que a "Folha de São Paulo", já no ano de 1979, elegeu o Deputado Hélio Duque, como "Deputado do Ano".

Assim sendo, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a Bancada do PMDB vai votar contrariamente ao requerimento do nobre Líder do PDS, por não concordar com os conceitos emitidos no artigo em questão e além do mais, porque também reconhece no Deputado Hélio Duque, uma das inteligências hoje em destaque no cenário político nacional, e com uma brilhante atuação que tem muito engrandecido o Paraná na sua representatividade, junto ao Congresso Nacional.

Era isso, Sr. Presidente.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao terceiro orador inscrito, nobre Deputado Nilso Squarezzi. — (Pausa).

Ausente, concedo a palavra ao nobre Deputado Romero Filho. — (Pausa). — Tendo declinado, concedo a palavra ao nobre Deputado Dácio Leonel. — (Pausa).

Ausente, concedo a palavra ao nobre Deputado Nelson Friedrich. — (Pausa). — Ausente, concedo a palavra ao nobre Deputado Luiz Alberto Oliveira.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Sr. Presidente e Srs. Deputados.

Pretendo falar, hoje, sobre alguns aspectos relacionados ao funcionalismo público estadual.

Antes, porém, quero opor veemente reparo às palavras do eminente Deputado Lineu Turra.

Não posso concordar como maneira desairosa como ele se refere ao eminente Deputado Norton Macedo, uma das mais vivas inteligências da política estadual. O Deputado Norton Macedo, é conhecido no Paraná como um político de escol e no Brasil como uma revelação política.

É Presidente do PDS, Secção do nosso Estado; é um dos representantes mais votados ao Congresso Nacional, inclusive fazendo o dobro da votação do Deputado Hélio Duque, a quem nós reconhecemos também capacidade, mas que nós lamentamos a forma pouco cortês, e, inclusive, inverídica, com que ele se referiu a respeito de pronunciamentos e de fatos lamentáveis ocorridos nesta Casa, com relação ao eminente Presidente Fabiano Braga Côrtes.

O pronunciamento do Deputado Norton Macedo foi para repor a verdade dos fatos aqui ocorridos. Até porque o Presidente Fabiano Braga Côrtes, naquela tarde que houve o episódio de ofensas morais entre dois Deputados, suspendeu a reunião, para que não viesse ocorrer, naquele dia, o que, infelizmente, acabou ocorrendo ontem no plenário desta Casa. Com

uma agressão covarde de um deputado do PMDB a um parlamentar do PDS.

E o Presidente do nosso partido, Norton Macedo, Deputado Federal ilustre, que já representou o Paraná e o Congresso Nacional, em foros internacionais, como representante do Brasil na Organização das Nações Unidas - ONU, apenas no discurso que fez no Congresso Nacional, restabeleceu a verdade dos fatos.

Quero portanto, contradizer as colocações feitas pelo eminente Deputado Lineu Turra. Se o Deputado Duque é ilustre, teria uma obrigação maior de falar a linguagem de Norton Macedo, este sim, ilustre e honesto em seus pronunciamentos no Congresso Nacional.

Mas, Sr. Presidente, Srs. deputados, ainda recentemente nesta Casa, falou-se a respeito do funcionalismo público. Como se falasse a respeito de um fato inusitado, que ninguém teria conhecimento de que o funcionalismo estadual iria receber menos do que o salário-mínimo, produziu-se lamentáveis equívocos. O Deputado que fez essas colocações, ou fez por estar mal informado ou fez maliciosamente porque todos os parlamentares têm a obrigação de conhecer a Constituição e nós sabemos, que a Constituição Estadual estabelece em seu Art. 78 que nenhum funcionário público estadual pode receber menos do que o salário-mínimo vigente no País.

Ora, o novo teto do salário-mínimo, foi promulgado no dia 1.º de maio, e logo em seguida, o Governo do Estado, através da sua competente Secretaria de Recursos Humanos, determinou a implantação na folha de vencimentos do funcionalismo público, como medida de caráter administrativo, para dar cumprimento à determinação constitucional, o reajustamento do vencimento do funcionalismo público estadual.

Portanto, o fato que foi trazido ao conhecimento desta Casa, com tanto alarde, significou na verdade, apenas "chover-se no molhado".

Mas é preciso que esta Casa também tome conhecimento de que o Governo Ney Braga tem dedicado o melhor dos seus esforços para o atendimento das justas reivindicações da valorosa classe do funcionalismo público estadual.

Temos, no Paraná, aproximadamente, 100 mil funcionários, destes, 70 mil são estatutários; 30 mil contratados pelo Regime da Consolidação das Leis do Trabalho.

Estes 70 mil funcionários, o Governo Ney Braga já conseguiu, através de reestruturações, nos quadros próprios, com a lei que esta Casa não desconhece, porque aprovou, dar nova estruturação às carreiras como a do professorado, através do Quadro Próprio do Estatuto do Magistério; deu melhores condições à Polícia Civil, através de seu Estatuto; à Polícia Militar, aos funcionários da Coordenação da Receita Estadual e à classe dos engenheiros agrônomos e dos advogados.

Na verdade, o atual Governo, em apenas um ano e pouco de mandato, já conseguiu dar melhores condições de salário e de acesso funcional a mais de 88 por cento dos 70 mil funcionários.

Restam apenas a serem atendidos por volta de 11 mil funcionários públicos que terão a sua reivindicação justa de melhores salários, atendidos por ocasião da reestruturação que o Governo do Estado irá fazer nos próximos dias.

Creio, portanto, que os conceitos emitidos pelo Deputado que aqui abordou a questão, estão totalmente fora da realidade atual. Até porque nós, Parlamentares, sabemos e aprovamos a Lei da Estabilidade que dá garantias e melhores vencimentos a mais de 7 mil professoras que, no passado eram chamadas suplementaristas.

Também aprovamos, aqui, uma lei que beneficia as serventes que são exatamente aquelas que têm o menor salário.

Vejam, Srs. Deputados, e tomo a liberdade de trazer, aqui, o caso de uma servente que, até o dia 31 de dezembro de 1979, percebia, como remuneração mensal, pelas 4 horas de trabalho que fazia, a quantia de Cr\$ 1.656,00.

Hoje, com as medidas implantadas pelo Governo do Estado, essa mesma servente, ou aquele trabalhador braçal do Governo do Estado, passa a perceber Cr\$ 4.140,95 do salário mínimo, mais Cr\$ 1.337,00 da Parcela Adicional Social - PAS, parcela esta reajustada a cada aumento de salário-mínimo. E pode perceber ainda mais 33 por cento sobre o seu salário, tendo em vista o serviço extraordinário que presta.

Portanto, uma servente que, a questão de meses atrás, percebia Cr\$ 1.656,00, pode — e está ganhando, hoje — por volta de Cr\$ 6.570,00.

Creio que os números dizem a respeito da situação.

Concluo, Sr. Presidente, lembrando que o PAS é uma parcela adicional que significa, para o menor funcionário, até três salários a mais por ano. E o Governo Ney Braga é o único governo do Brasil que conseguiu adotar essa providência, para os funcionários que percebem até Cr\$ 8.000,00, essa parcela mensal equivale ao 13º salário.

Um Governo que tem esta preocupação, Sr. Presidente, Senhores Deputados, não pode ser levemente acusado, nesta Casa, de não atender às justas reivindicações dos funcionários públicos estaduais.

Obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Senhor Deputado Dácio Leonel, inscrito.

O SR. DÁCIO LEONEL — Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Na verdade, face a tantos acontecimentos no campo nacional, estamos hoje vivendo um estado nervoso: a angústia do povo brasileiro. A nossa presença na tribuna, não é para comentar que hoje o açúcar subiu 53% e que foi para Cr\$ 18,20 o quilo. Não é para comentar o recente aumento do preço do leite, de que a gasolina em dezembro chegará aos Cr\$ 52,00; de que se aumentou a TRU, a luz, água, imposto, mas para dizer que esta manhã estiveram reunidos os estudantes da Universidade Católica do Paraná. Estiveram reunidos, atendendo um convite entregue de mão em mão, cujo convite dizia o seguinte: "Dia 7 de maio, quarta-feira, haverá nossa Assembléia, para discutirmos o aumento das mensalidades. Vamos discutir o assunto em conjunto na Assembléia aberta à participação de todos os estudantes da Universidade Católica do Paraná. Sua presença será imprescindível para que esta alcance seus objetivos, mesmo que as altas mensalidades lhes sejam acessíveis, vamos nos solidarizar com os colegas que não estão podendo pagar as mensalidades".

Recentemente já houve um movimento na mesma Universidade Católica, onde a luta dos estudantes era contra o baixo índice de ensino e aproveitamento, o que é muito triste e pouco recomendável para uma Universidade. O novo fato, agora gerador dos novos protestos, diz respeito ao drama terrível enfrentado pelo estudante brasileiro: o custo do ensino.

Mesmo com o aumento de 35% autorizado pelo Ministério da Educação e da Cultura, quando na verdade os estudantes brasileiros esperavam e continuam esperando, é que haja uma luta e que se chegue realmente à concessão do ensino gratuito para todos os níveis, a verdade é que mesmo assim, a Universidade Católica teria ultrapassado tal limite, além da previsão para novo aumento, já para o mês de agosto e consta ainda da nota divulgada pela imprensa, que os organizadores desse movimento contra exploração na cobrança de mensalidades, estariam se queixando de repressão por parte da direção da Universidade Católica. Seria o fato talvez, o mais lamentável, porque parece que estamos vivendo numa época em que não se pode reclamar de mais nada, porque em seguida vem a repressão, a opressão, e todo o mundo está acompanhando as cenas de sangue de São Bernardo do Campo; todos estão acompanhando o drama dos professores mineiros; enfim, é um problema que está em todos os pontos do território nacional. Tais fatos nos levam a

fazer o registro da tribuna desta Casa, para que não se procure depois, culpar o estudante, quando luta por um direito justo, quando reclama de abusos.

Vamos aguardar o caminho a ser seguido pelos alunos da Universidade Católica, torcer para que as soluções sejam buscadas dentro de um clima de respeito e futuramente pretendemos voltar a este assunto.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Concedo a palavra ao Deputado Túlio Zanchet, inscrito.

O SR. TÚLIO ZANCHET — Senhor Presidente, nobres Deputados.

Hoje completamos um ano de atividade parlamentar. Foi exatamente no dia 7 de maio do ano passado que, na condição de primeiro suplente, assumíamos esta Casa, e graças a Deus, pudemos exercer o nosso mandato durante este período sereno e tranqüilamente. Por isso queremos agradecer as intenções que nos foram dispensadas por todos os nobres colegas, as atenções que nos foram dispensadas pelas autoridades estaduais, federais e municipais, bem como o nosso agradecimento aos funcionários da Casa e às imprensas escrita e falada. Mas, Senhor Presidente e nobres Deputados, nós queremos nesta tarde, enaltecer o aspecto do qual, por diversas vezes, já nos manifestamos.

(Lê) "Em fins do ano passado, fazíamos desta tribuna, um pronunciamento que era, ao mesmo tempo, um elogio e uma reivindicação ao Ministério da Agricultura, através do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal.

Elogiamos na ocasião, a criação do projeto erva-mate, que visava estimular, em escala industrial, nas regiões erveteiras tradicionais, entre as quais, incluía nosso Estado.

Reivindicávamos, outrossim, que as Regiões Oeste e Sudoeste do Paraná também fossem incluídas como áreas pioneiras no citado projeto de incremento dos ervais de nosso Estado.

Voltamos hoje à tribuna, enfocando o mesmo tema, com dupla satisfação.

Em primeiro lugar, porque o Banco do Brasil já iniciou o atendimento para financiamento do Projeto Erva-Mate, que dessa maneira, sai do papel para transformar-se em realidade, atendendo assim, de pronto, os reclamos de produtores e industriais e os interesses da economia do Paraná como um todo.

Também, destacamos o novo direcionamento físico dado ao Projeto Erva-Mate, que, agora, igualmente beneficia municípios das regiões Oeste e Sudoeste de nosso Estado.

Sem dúvida, a partir desta realidade, seguramente teremos um incremento da produção ervateira do Paraná, pois medidas de real estímulo a essa cultura, como a abertura de uma linha especial de crédito para atender aos produtores e o aumento, de 5 para 10 anos do prazo de financiamento para os investimentos do setor, estão inseridas nas agora vigentes determinações do Banco do Brasil.

Outras medidas contidas nas atuais normas vigentes em relação ao incremento da cultura da erva-mate mostram que o projeto, agora em andamento, é fruto de criteriosa seleção de prioridades. Prova disto é o financiamento de até 100% para os minis e pequenos produtores, de até 90% para médios produtores e de até 80% para grandes produtores.

O prazo de carência é estabelecido em função da época da primeira produção. No caso da erva-mate, se tem uma produção de 20% aos 5 anos, iniciando-se portanto a amortização do financiamento proporcionalmente ao rendimento dessa produção. No 7.º ano, tem-se a primeira produção efetiva do erval e no 9.º ano a segunda produção efetiva, sendo portanto nesses anos obtidos os recursos necessários para o restante da amortização do financiamento.

Concordamos, também, com a norma para obtenção do financiamento, na parte que trata dos projetos técnicos e que obriga os pretendentes ao crédito a fornecerem projetos elabo-

rados por entidades devidamente credenciadas, cujos técnicos, responsáveis pela assistência a ser prestada aos produtores, detenham experiência comprovada em formação de ervais. Esta cláusula, por certo evitará evasão de recursos, disciplinando os créditos a serem concedidos aos produtores.

Estímulos ao consumo de erva-mate já vínhamos sentindo há algum tempo. Tanto é verdade que - a par também da diminuição da oferta - os preços desta matéria prima para as indústrias se elevaram quase 600 por cento em apenas 12 meses. Os preços de hoje, ao produtor, já são por si estimulantes. A justa remuneração ao produtor, aliada agora a fatores que certamente recolocarão a erva-mate como cultura de primeira linha em termos de atrativos e darão novas oportunidades de opção, em particular para os pequenos proprietários rurais.

Sr. Presidente, Srs. Deputados. Existe uma hora para criticar, hora para reinvidicar e uma hora para aplaudir. Nesta oportunidade, de direito, nossos aplausos às autoridades responsáveis pelo projeto e implantação de uma política realística que certamente fará o Paraná reviver os áureos tempos em relação à cultura ervateira.

Era o que tínhamos a dizer.

Obrigado".

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Concedo a palavra ao último orador inscrito no Pequeno Expediente, nobre Deputado Fiori Luiz.

O SR. FIORI LUIZ — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Estamos encaminhando à Mesa um requerimento ao Secretário de Estado da Segurança Pública, com a seguinte justificativa:

"Centenas de pessoas procuram diariamente o DETRAN de Londrina, a fim de regularizarem documentos de habilitação de veículos. O que não se concebe é que uma cidade do porte de Londrina continue a suportar o precário e moroso atendimento daquela repartição, cujas atividades estão minadas de preconceitos e privilégios em favor de uns poucos, em detrimento da grande maioria de pessoas que não podem contar com padrinhos políticos, ou com pessoas de aproximação do DETRAN.

Para exemplificar podemos citar cidadão simples, do povo, devidamente documentados e quites com seus deveres e obrigações para com a Nação, que se acham no direito de providenciar sozinho os seus documentos, pois não aceitam contar com a ajuda e interferência de padrinhos e então ficam na fila aguardando 70 a 90 dias para os exames preliminares e mais 30 dias para os exames práticos.

Após tudo isso, o candidato terá que aguardar outro longo período para a chegada de sua carteira de habilitação, pois alegam que a vinda pelo correio é demorada. Mas, se o candidato pagar uma taxa extra para que determinada pessoa ligada ao DETRAN venha pessoalmente a Curitiba buscar o documento, tudo bem. Os que dependem do DETRAN de Londrina afirmam que o órgão cobra ilegalmente taxas extras para a caixinha, A propina corre solta. As taxas extras obedecem várias fórmulas. Para licenciar um veículo usado, trinta cruzeiros, um novo, sessenta. São mais de 400 veículos por dia. Carteira de auto-escola, 200 cruzeiros para a caixinha. Pedir prontuário, 150. A retenção de carteiras beneficiando auto-escolas é outra grave denúncia. É preciso colocar um paradeiro na corrupção do DETRAN.

Há algum tempo, um delegado e um funcionário lotados em Curitiba, estiveram em Londrina, depois da denúncia da "Folha de Londrina", do dia 15 de março. Fizeram um relatório e ficou nisso. Parece que não há interesse na divulgação, pois o Capitão Aparecido Rodrigues é homem de confiança de determinados figurões do Governo.

A corrupção efetivamente é uma vergonha nacional

neste País. É nos Ministérios, nos órgãos federais, nos Governos estaduais, nas Secretarias de Estado, nas Prefeituras Municipais, nos órgãos públicos estaduais. E todo mundo é conivente. Vários Deputados já levantaram este problema da corrupção aqui. E eu me atenho a um problema doméstico que diz respeito apenas ao DETRAN de Londrina, como a famosa caixinha. E a conivência do Sr. Secretário de Segurança do Estado é altamente suspeita. Dá a impressão que a caixinha não é apenas do Capitão Aparecido Rodrigues.

Com a palavra o Sr. Secretário de Segurança do Estado. Queremos a divulgação do relatório feito em Londrina, da corrupção que corre solta no DETRAN, ou da propina, pois eu não tenho documento. Os órgãos públicos do Estado do Paraná estão assim. Ou sai dinheiro por baixo do pano, ou não sai o documento. Vamos aguardar, portanto, a manifestação do Sr. Secretário de Segurança do Estado, que sabe da corrupção mas não toma medida alguma.

Enquanto não tomar medidas, ele também é conivente com esta corrupção, também deve estar participando dessa caixinha.

Obrigado, Sr. Presidente. - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) No Grande Expediente, concedo a palavra ao nobre Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Em primeiro lugar, Sr. Presidente, peço vênica à Casa para proceder a leitura de documento oficial que está sendo assinado por todos os Srs. Deputados pertencentes à bancada do bloco do Partido Democrático Social, nesta Casa, e relativa aos lamentáveis acontecimentos ocorridos ontem, neste Plenário.

O teor da nota é o seguinte:

A Bancada do PDS, reunida hoje, face à agressão perpetrada pelo Deputado Fidelcino Tolentino, do PMDB, ao Deputado David Cheriegate, do PDS, pela unanimidade dos seus membros, resolveu: primeiro, condenar a deplorável atitude delituosa do Parlamentar agressor que traiçoeiramente e sem permitir gesto algum de defesa ao agredido, desferiu-lhe um violento soco na região da nuca, causando ao agredido o imediato desfalecimento, conforme exames periciais realizados por médicos legistas do Instituto Médico Legal.

2. Considerando que a agressão covarde ocorreu no recinto do plenário desta Casa, sem que o agredido desse causa ao ato criminoso, hipotecamos nossa integral solidariedade ao Deputado David Cheriegate, e repudiamos a ação selvagem e atentatória ao decoro parlamentar.

3. Registrar, para conhecimento público, que a agressão de autoria do Deputado Fidelcino Tolentino não teve nenhum móvel político, sendo portanto produto exclusivo do comportamento de personalidade amoral, anti-parlamentar e ísta, que agride os mais elementares princípios de civilidade, que devem reger sempre as relações humanas.

4. Contratar os serviços profissionais de advogado criminal, sob inteira responsabilidade dos signatários, para mover processo na Justiça contra o Deputado agressor.

5. Aguardar o pronunciamento do Poder Judiciário, para em obediência aos preceitos constitucionais e regimentais deste Poder, promover outras medidas comportadas pela tipificação do crime e suas decorrências.

6. Manifestar nosso apoio e reconhecimento à austera e imparcial condução dos trabalhos parlamentares do Presidente Fabiano Braga Côrtes, que com o seu equilíbrio e personalidade de magistrado, tem evitado e em especial neste episódio, desvios de conduta comprometedoras ao conceito deste Poder.

7. Finalmente, apelar ao bom senso dos Srs. Deputados

para que o debate verbal, que dá grandeza ao debate parlamentar, não seja novamente substituído por agressões físicas ou morais, como a que foi produzida pelo Deputado Fidecino Tolentino, do PMDB.

8. Finalmente, declarar que não nos move a intenção de nivelar a atuação desta bancada a gestos como o retratado, frisando que não nos anima qualquer sentimento menor de conotação política ou de vindita pessoal, pela consciência que temos que o Parlamento é o recinto de convívio dos contrários e do debate próprio dos regimes democráticos.

Sr. Presidente, esta era a nota com a qual o Partido Democrático Social ontem analisou o episódio aqui ocorrido e chegou a estas conclusões que acabamos de ler.

Segundo assunto, Sr. Presidente. Encontra-se sobre a mesa um requerimento de pedido de informações, assinado pelo nobre Deputado Fiori Luiz, que ainda num linguajar agressivo, na tarde de hoje, acusou frontalmente o Sr. Secretário de Segurança, de desonesto, de estar participando de uma caixa de DETRAN de Londrina.

Mas o nobre Deputado, em seu requerimento, à primeira vista, simples, sem muitas conotações se não o de saber realmente o que ocorre naquela instituição bancária, em sua justificativa é profundamente agressivo, fazendo deduções antes de receber as respostas solicitadas. É este tipo de comportamento, Sr. Presidente, que a bancada do PDS não pode aceitar nesta Casa. Jamais aceitará. Porque vê nesses pedidos de informação, conotação eminentemente política. Agressões gratuitas. Antecipação de julgamento da solicitação informada.

Esta é a principal razão de termos negado, sistematicamente, os pedidos de informação, sem contudo negarmos trazer aqui a este plenário, as informações solicitadas.

Nós sabemos perfeitamente que Vossa Excelência, côncio das suas responsabilidades de Presidente deste Poder, não receberá o requerimento subscrito pelo nobre Deputado Fiori Luiz, porque contraria a Legislação Federal.

Contraria instruções emanadas do Banco Central que acoberta todo o sistema bancário, do sigilo indispensável às operações comerciais. Talvez os primeiros itens do requerimento pudessem ser aceitos pela Mesa, mas o último que pergunta: Qual o valor jogado na Conta Créditos em Liquidação, durante os anos de 78/79, seus tomadores e respectivos valores, qual o critério adotado pelo Banco para verificação da insolvência desses débitos?" é extemporânea.

Jamais a Mesa poderá, dentro da legislação vigente, aceitar o requerimento dessa natureza.

Todavia, Sr. Presidente, nós vamos, de maneira embora superficial, comentar o referido pedido de informações; entregar pessoalmente ao nobre Deputado Fiori Luiz, em respeito ao mandato que ele exerce, nesta Casa, a parcela, do povo do Paraná que ele representa. Vamos entregar as informações em mãos, ao nobre Deputado, para mostrar que o principal estabelecimento de crédito do Estado do Paraná, o Banco do Estado do Paraná, pelo qual todos paranaenses devemos zelar, pela sua integridade, pelo seu crescimento e pela sua grandeza, porque é a mola mestra da economia paranaense.

Para mostrar que dentro daquele banco, no atual Governo, nada há que esconder e que as perguntas do nobre Deputado Fiori Luiz, à primeira vista, nada têm de estranho e de extraordinário. Mas as suas conclusões da justificativa, são de pasmar; são primaríssimas, feitas por quem realmente desconhece como funciona o sistema bancário.

Senão vejamos, Sr. Presidente, uma pergunta que ele faz: "Os Guarda-Mirins" do Instituto de Assistência ao Menor, IAM, prestam serviço efetivo dentro do Banco? Com quais características de vínculo empregatício? Qual o valor pago

pelo Banco por essa sub-locação de mão de obra?"

Antes de esperar a resposta, ele mesmo as dá. Ele mesmo as fornece. Dizendo bem assim: "Que o banco aproveita a mão de obra desses jovens; acontece que os mesmos prestam serviços dentro do Banco e o responsável direto e solidário pelas obrigações trabalhistas e sociais é o próprio Banco, que deveria contratar esses menores às suas expensas, não fazê-lo indiretamente com o objetivo único de explorar economicamente, a potencialidade de trabalho desses menores.

Ora, nada mais disparatado, Sr. Presidente. Deveria o nobre Deputado aguardar a resposta do Banco, porque aqui está e eu vou passá-la em mãos do nobre Deputado Fiori Luiz, contrato para cessão de trabalho de menores por tempo indeterminado, que entre si fazem o Banco do Estado do Paraná e o Instituto de Assistência ao Menor, onde o Banco garante, além das obrigações sociais, a cada menor, Salário Mínimo de Adulto, além de encaminhá-los para uma profissão definida; para amanhã, quando eles ingressarem no mercado de trabalho, hoje tão difícil e tão escasso, esses jovens já estejam convenientemente preparados para seguirem uma carreira decente, para não aumentarem a onda dos marginais, do criminosos que pululam nas grandes cidades.

No instante em que o Banco do Estado do Paraná faz um contrato como este, com um fundo humanitário, vem o nobre Deputado dizer que o Banco está explorando a potencialidade desses jovens.

Ora, o Banco está pagando um salário-mínimo, mais as obrigações sociais, a cada jovem. E eu farei chegar o contrato às mãos do nobre Deputado Fiori Luiz.

Mais outra pergunta, Sr. Presidente.

O Sr. Luiz Alberto Oliveira — Vossa Excelência me concede um aparte? (**Assentimento**).

Eminente Deputado, Vossa Excelência realmente traz à Casa o retrato exato do que está se passando no Banco do Estado, hoje dirigido por um eminente homem público, Jucundino Furtado, já testado em outras funções e que agora dirige com segurança e eficiência o principal organismo de crédito do Estado do Paraná, estabelecimento bancário de todos os paranaenses.

E quando Vossa Excelência faz uma referência aos menores que estão tendo a possibilidade de conseguir trabalho através de convênio entre o IAM e o Banco do Estado do Paraná, eu gostaria de aduzir que este convênio também não se refere exclusivamente ao IAM, mas também com as Associações de Proteção à Maternidade e à Infância espalhadas pelo Paraná. Todas essas associações que são entidades comunitárias podem indicar menores e, através desses menores, conseguirem os recursos para educarem outras centenas de menores.

O Banco paga ao trabalhador menor um salário de maior e paga até salário de maior exatamente para propiciar àqueles menores desamparados, a possibilidade de receberem educação e alimentação.

Creio que esta é uma atitude que deveria ser elogiada por todos os homens de bom-senso, e não criticada por aqueles que, não conhecendo bem o assunto, antecipadamente fazem um juízo de valor; e este juízo, negativo, não tem nenhuma razão de ser, a qualquer homem bem-intencionado, que conheça, como eu, os funcionários do Banco do Estado do Paraná, hoje em altas funções, que também no passado foram filhos de pessoas que não tiveram condições de educá-los e que se valeram de um asilo, que se valeram de uma instituição de caridade, para que aqueles jovens pudessem se transformar em cidadãos prestantes para a Pátria brasileira.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Eu agradeço a Vossa Excelência o aparte que vem, efetivamente, reforçar a nossa convicção de que o banco realmente está sendo administrado por pessoa de bom-senso, e que tem correspondido às

expectativas dos seus acionistas.

Mas continuo, Sr. Presidente, analisando uma outra pergunta do nobre Deputado Fiori Luiz, quando ele diz: qual o número de admissões ocorridas nos anos de 78/79?, qual o número de rescisões de contratos de trabalho? a) por justa causa, sem justa causa, por aposentadoria.

No mesmo instante em que ele pergunta, novamente lá na frente, ele dá a resposta, dizendo que o banco tem, indiscriminadamente, perseguido os funcionários e forçando-os a solicitarem suas demissões.

Também passarei às mãos do nobre Deputado, um quadro de admissões, admissões no ano de 1978: 48; 79: 22; 72 admissões durante o ano do Governo Ney Braga.

Demissões: 201 demissões no mesmo período, 43 por solicitação; 133 por justa causa; 9, por aposentadoria; 5, por acordo e 11 por falecimento.

E as demissões de 78: 327. 113, por solicitação; sem justa causa, 45; aposentadoria, 51; por acordo, 12; por falecimento, 6. Total, 327.

Outra pergunta que faz o nobre Deputado:

"Houve uma redução nas gratificações dos funcionários, em termos nominais e a quanto montou essa redução?"

Novamente o nobre Deputado se apressa em dar a resposta a si mesmo, quando diz:

"Os interesses particularistas identificados com os programas do governo autoritário, tomaram os bancos oficiais, e os bancários continuaram sendo meros instrumentos sem maiores direitos e sem voz ativa. Se isso se tornou visível em todos os bancos oficiais, no Estado a situação chegou a ser pior. O quadro de servidores agora visto como área de empreguismo, vejam bem: o Banco admitiu 72 e demitiu 327, e o Deputado afirma que o Banco se transformou numa área de empreguismo e instrumento de interesses políticos e econômicos.

Em cima o emprego fácil e bem remunerado, conduzindo até ao enriquecimento; abaixo, a dependência política e burocrática sem carreira, sem segurança e sem estabilidade"

Queremos lançar aqui, um repto ao Deputado, para que traga a esta Casa uma promoção que o fosse por favorecimento político, dentro do Banco do Estado; uma demissão que o fosse por indicação política, se não através de concurso.

O Sr. Gabriel Manoel — Vossa Excelência permite um aparte? **O SR. ERONDY SILVÉRIO** — Já concedo, só quero complementar.

E continua o nobre Deputado Fiori Luiz, dizendo: "Este é o quadro lamentável em que mergulham as instituições financeiras do Estado, sem cumprir suas destinações sociais, sem exercerem o papel social da mediação frente à iniciativa privada. Ao contrário, tornaram-se estrutura de apoio aos interesses privatistas - não sei o que é isso.

E como os bancos oficiais, notadamente do Paraná não devem prestar contas à opinião pública, a corrosão de seus recursos e a consequência de sua dependência como banco, basta lembrar seu programa anti-social de interesses de grupos empenhados nas eleições dos candidatos oficiais.

Gastou e desgastou-se na aplicação de dinheiro para atender a clientela eleitoral do Governo. Sofreu grande desgaste e malversou recursos de que era guardião, a tal ponto que todos os bancos exibem desempenho elogiáveis, mas o Banco do Estado do Paraná confessa estar em dificuldade".

Isso prova que o nobre Deputado até nesse ponto ignora a questão. Não lê balanço do banco, balanços semestrais trimestrais, está completamente por fora.

Falou de oitava por ouvir dizer. Ou então, alguém f para ele o pronunciamento que leu na tribuna, como se tivesse descoberto grande coisa.

Voi responder aqui a pergunta que o Deputado faz:

"Houve uma redução nas gratificações dos funcionários?

Em quanto montou essa redução?"

Agora, confesso que aqui estou também me louvando nas informações do Banco, não pertencendo à Diretoria do Banco, não sou funcionário do Banco, não quero ter a vaidade de dizer: isto aqui é da minha lavra é de minha autoria. Mas, são afirmações que eu vou entregar ao nobre Deputado, que poderá depois contestá-las, se for o caso.

Não houve redução na participação dos funcionários nos lucros do Banco em termos nominais, ao contrário, relativamente ao ano de 79, com 305 funcionários a menos do que em 78, os valores pagos aos funcionários do Banco do Estado como participação nos lucros do mesmo, atingiram 175 milhões de cruzeiros contra 113 milhões pagos, em 78.

Houve, portanto, um aumento em termos nominais, de 54,87 por cento, que é praticamente a média de aumento dos salários aceitos por bancários e banqueiros no último acordo salarial, feito em setembro de 79, e relativo à correção de 78 a 79.

A propósito, convém esclarecer que não há pagamento de gratificações semestrais aos funcionários do Banco do Estado, sendo esta apenas a terminologia usualmente empregada para participação dos empregados nos lucros do Banco, conforme dispõe o artigo 46 do Estatuto Social, quando trata da distribuição dos lucros verificados no encerramento de cada balanço semestral.

Essa participação dos funcionários nos lucros do Banco do Estado já é bastante alta. Foi de 39 por cento dos lucros gerados em 78, e em 79, a participação foi percentualmente aumentada para 52,34 por cento, pois neste último ano de 79, de um lucro de 334 milhões, 349 mil cruzeiros aos empregados, foi atribuída a participação de 175 milhões de cruzeiros.

Conclui-se portanto que ao invés de redução na participação dos funcionários nos lucros do Banco houve aumento, mais da metade dos lucros do banco ficou com os funcionários, o que já nos parece uma alta participação. Aumentar ainda mais essa participação seria decapitalizar o banco e prejudicar o seu dono que é, na realidade, o povo paranaense, pois se trata de um banco público.

E não se pode aceitar, Sr. Presidente, Srs. Deputados, em relação a um Banco Público, como é o Banco do Estado do Paraná, que é de todos nós, do povo paranaense, em que os seus funcionários ficam com mais da metade do seu lucro, este chavão de reivindicação usado pelo nobre Deputado Fiori Luiz no seu requerimento, de que "aos banqueiros, tudo, aos bancários, nada". "É preciso corrigir estas disparidades sócio-econômicas, aproximando o trabalhador ao coeficiente lucrativo das empresas".

Ora, se pode aplicar isso na casa de Secos e Molhados, do João Teodoro da Silva, mas jamais no Banco do Estado, que distribui mais da metade dos seus lucros aos empregados. Que disparidade é essa que precisa ser corrigida? Qual a aproximação maior do trabalhador, do bancário, do funcionário do Banco do Estado, com relação ao nível do lucro do Banco? Descapitalizar o Banco? Fechar o Banco para, demagogicamente, eleitoreiramente, atender reivindicações de alguns funcionários?

Outra coisa: não existe banqueiro na administração do Banco do Estado, - de cuja diretoria participam inclusive dois funcionários do próprio Banco, alçados pelo Governador Ney Braga à condição de diretores do Banco: dois funcionários que começaram, como bem disse o Deputado Luiz Alberto de Oliveira, de calças curtas, varrendo o assoalho do banco, limpando escarradeiras, limpando cinzeiros, hoje são diretores do banco por mérito, por terem dedicado toda uma vida à sua carreira. Não são banqueiros que dirigem o Banco do

Estado. São os seus próprios funcionários. É órgão da Administração Indireta do Estado, com as suas peculiaridades, é verdade, mas cujos salários são superiores aos dos demais órgãos e serviços públicos estaduais. O que mais querem? Que distribuam tudo para os funcionários? E o Banco vai fechar?

Ora, os funcionários do banco já participam da administração e dos lucros da empresa. Os seus salários médios são superiores a todos os outros Bancos que operam no País, exceção feita ao Banco do Brasil e ao Banco Central.

O salário médio atual dos funcionários do BANESTADO é de Cr\$ 37.000,00 mensais. Salário médio, e nenhum funcionário do Banco tem atualmente salário médio inferior a Cr\$ 11.000,00.

Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados, não vou prosseguir com a análise deste requerimento, que certamente a Mesa não vai receber, que fere, contraria a Lei, no seu item sexto. Apenas trouxemos essas informações, e faremos chegar prazeirosamente às mãos do Deputado Fiori Luiz, por respeito que nós temos pela instituição do voto, pela instituição política, pela democracia, respeito que lamentavelmente o nobre Deputado tem negado aos homens da administração pública.

O nobre Deputado Fiori Luiz tem sido contundente, tem feito declarações aleivasas, falsas, caluniosas contra os homens da administração pública.

Hoje ainda, afirmou, temerariamente nessa tribuna, na sua tribuna, que o Secretário de Segurança do Estado do Paraná, um honrado coronel do Exército Brasileiro, estaria participando de uma caixinha de propinas no DETRAN de Londrina.

Eu acho que essa não é a forma de entendimento, não é a via mais apropriada para o entendimento situação-oposição, Governo-Oposição, Bancada PDS-Bancada PMDB.

Ontem, quando nós dávamos uma entrevista a um dos jornalistas credenciados nesta Casa, e verberávamos o procedimento do Deputado Fidelcino Tolentino, o jornalista me fez uma pergunta que me ensejou uma resposta lamentavelmente não publicada. Ele perguntou:

"Mas o Senhor, que tanto condena, já participou de alguns entrevistos nesta Casa. Eu pedi ao jovem jornalista que compulsasse os Anais da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, onde estou desde 1966, com dois anos de interregno de ato, compulsasse nos Anais da Câmara Municipal de Curitiba, onde exerci o mandato de 54 a 66, para ver se nos Anais consta alguma agressão feita por mim a qualquer outro membro do Parlamento.

Acontece que os tempos mudaram. Antes este Poder tinha homens preparados para o poder político, tinha homens que realmente faziam da palavra o seu principal instrumento, tinha homens que quando solicitavam uma informação do Governo do Estado não pre-julgavam as informações, atirando a calúnia, aleivosia, a mentira.

Hoje, lamentavelmente, poucos, é verdade, graças a Deus, poucos, mas alguns dos Srs. Deputados, novos Deputados, não têm compreendido o papel do Parlamentar, sobem na tribuna para agredir, para chamar de ladrões, que o lugar de quem está o Palácio Iguaçu não é no Palácio Iguaçu, é no Ahú.

São expressões que não se coadunam com a boa convivência democrática, e os homens que têm sangue nas veias não podem, efetivamente, ouvir calados agressões verbais desta natureza.

O Sr. Fiori Luiz — Permite um aparte, nobre Deputado?

O SR. PRESIDENTE — (**Fabiano Braga Côrtes**) A Mesa informa ao nobre Deputado que está na tribuna, que tem um minuto para concluir o seu pronunciamento.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Já concluirei, Sr. Presidente.

Antes, quero conceder o aparte ao nobre Deputado

Gabriel Manoel, mas antes, quero deixar aqui o meu apelo para que cessem as agressões, tão fácil, encaminhar um requerimento, pedido de informações ao Secretário de Segurança, denunciando uma corrupção no organismo policial. Fácil, é o dever do Deputado, por que agredir o Secretário? Por que dizer que ele é conivente com o fato?

É isso que não podemos aceitar, é o apelo que faço, para que haja uma mudança de comportamento, a fim de que possa haver uma boa convivência, a convivência sadia, democrática, que deve efetivamente imperar nos Parlamentos.

Concedo o aparte ao nobre Deputado Gabriel Manoel.

O Sr. Gabriel Manoel — Nós agradecemos a Vossa Excelência, por nos dar esta oportunidade, de nossa parte praticamente está quase que prejudicada, porque Vossa Excelência explanou o que nós tínhamos em mente e no decorrer do seu discurso, Vossa Excelência explanou o problema do Banco do Estado. O Banco do Estado do Paraná é um órgão que se projeta internacionalmente, um órgão que hoje está projetado nas fronteiras dos vizinhos países. Um banco que vem dando lucro e como diz Vossa Excelência, não tem patrões, o patrão é o Estado do Paraná.

Então, eu só queria parabenizar Vossa Excelência, e dizer que, para admissão ou demissão dos funcionários, existe um Presidente, um Diretor do gabarito de Aristides Simão. Mas que o colegiado do banco é quem decide, são os próprios funcionários do banco que decidem pela demissão ou então pela admissão. E sou testemunha, que há oito meses, venho pleiteando como Deputado da Situação, o ingresso de um companheiro, de um amigo, e até hoje não consegui, porque não se consegue por outras vias a não ser por concurso, e por estrita necessidade de serviço.

Então, nós vemos naquele banco imperar aquela necessidade que precisa uma entidade comercial praticamente dita e a integridade moral dos Diretores.

E por isso, quero parabenizar Vossa Excelência, e se por ventura este requerimento do nobre Deputado Fiori Luiz, com palavras desairosas ao Secretário de Segurança, se por acaso for aceito pela Mesa, por nós será rejeitado.

Muito obrigado.

O Sr. Fiori Luiz — Vossa Excelência me permite um aparte? (**Assentimento**).

Obrigado pelo espírito democrático do nobre líder. Eu vou receber as informações do nobre líder, e vou cotejar com as que tenho de fontes oficiais. Realmente, não são banqueiros, no BANESTADO não há banqueiros. Há políticos, porque pelo que sei, Jucundino Furtado é Secretário do PDS. Mas, eu queria outras informações, aproveitando a boa vontade de Vossa Excelência, que me trouxesse para que eu conferisse com os dados oficiais sobre empréstimos a políticos que não foram pagos e que estão enterrados em créditos de liquidação. Daí, a alegação da pouca lucratividade.

Eu gostaria de receber todas as informações, todos os itens, se fosse possível, do nosso requerimento. Porque me parece que o BANESTADO é um órgão intocável, como é a COPEL.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Vossa Excelência pensou estar descobrindo a pólvora...

(**TÍMPANOS**) (**Sem revisão do orador**).

O SR. PRESIDENTE — (**Fabiano Braga Côrtes**) Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria dos Srs. Deputados Gabriel Manoel e Tadeu Lúcio Machado, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado**. — Ao Departamento Legislativo.

Projetos de Resolução de autoria da Comissão Executiva, constante do Expediente. - Ao Departamento Legislativo, para os devidos fins.

O SR. GABRIEL MANOEL — (Pela ordem) Solicitaria de Vossa Excelência a chamada nominal dos Srs. Deputados, para verificação de quorum.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) A Mesa defere e procederá a chamada nominal.

(É procedida a chamada nominal).

Responderam a chamada nominal, 45 Srs. Deputados.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Jurandir Mesias, constante do expediente de sessão anterior. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Ao Departamento Legislativo.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei nº 171/78, que declara de utilidade pública o "Previ Clube, Clube Beneficente de Previdência", com sede nesta Capital. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 171/78,

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica declarado de utilidade pública o PREVI-CLUBE — CLUBE BENEFICENTE DE PREVIDÊNCIA", com sede e foro nesta Capital.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 30 de abril de 1980.

(aa) Gilberto Carvalho, Presidente; Lineu Turra, Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei nº 207/79, (Mens. Govern. nº 181/79), que autoriza o Poder Executivo a doar à Fundação Estadual de Ponta Grossa, um terreno rural de propriedade do Estado, situado em Uvaranas, Município de Ponta Grossa, com área e demais características que especifica. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 207/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a doar à Fundação Universidade Estadual de Ponta Grossa, o imóvel constituído de um terreno rural com 110 ha, e 5.189 m², situado no lugar denominado Uvaranas, Município de Ponta Grossa, adquirido pelo Estado do Paraná, conforme transcrições números 24.144, 24.145 e 24.146, do Livro 3-J, do Registro Geral de Imóveis da Comarca de Ponta Grossa, de 29 de junho de 1948, contendo as seguintes edificações: prédio residencial em alvenaria de dois pavimentos, com área total de 2.530 m²; auditório em alvenaria, térreo, com área de 479,00 m²; oficinas em alvenaria, térreo, com área de 306,00 m²; administração, em alvenaria, térreo, com área de 227,00 m², unidade escolar com dez (10) salas de aula, em alvenaria, térreo, com a área de 1.045 m², bem como todos os seus bens móveis, implementos, livros, instalações e pertences.

Art. 2.º — O Colégio Agrícola Estadual "Augusto Ribas" passará a ser administrado e mantido pela Universidade Estadual de Ponta Grossa, não podendo as suas atividades sofrerem solução de continuidade.

Art. 3.º — Observado o disposto no artigo anterior, o imóvel objeto de doação de que trata esta lei, deverá ser utilizado na instalação da sede do CAMPUS da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Art. 4.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua pu-

blicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 30 de abril de 1980.
(aa) Gilberto Carvalho, Presidente; Lineu Turra, Relator.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 06/80, de autoria da C.C.J., (Mens. Govern. nº 08/80), que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública com o Município de ATALAIA, objetivando estabelecer normas ao fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia local, com aplicação de dotações do FUNRESPOL e de Verbas do orçamento do referido município. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — **APROVADO.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 07/80, de autoria da C.C.J., (Mens. Govern. nº 13/80), que aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através de Órgãos que especifica, objetivando a concessão de um auxílio da União, repassado à SUDESUL, para aplicação em obras de emergência destinadas à recuperação de bens públicos danificados pela ação das chuvas, em 1979, em 32 municípios do Estado. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — **APROVADO.**

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição nº 33/80, Veto apostado ao Projeto de Lei nº 138/79, de autoria dos Deputados FABIANO BRAGA CÔRTEZ e AIRTON CORDEIRO, que institui no Estado do Paraná, através da Secretaria da Cultura e Esportes, o Concurso de Fanfarras e Bandas, com parecer da C.C.J., considerando em condições de ser apreciado pelo Plenário. — Rejeitado o projeto, mantido o veto.

O SR. LINEU TURRA (Pela ordem) Sr. Presidente, requeiro verificação de votação..

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) A Mesa defere e vai proceder a verificação de votação.

Srs. Deputados que aprovam a Proposição nº 33/80, veto apostado ao projeto de Lei nº 138/79, queiram levantar-se. (Pausa). Srs. Deputados que rejeitam a proposição, queiram levantar-se. (Pausa).

12 Srs. Deputados aprovam; 33 Srs. Deputados rejeitam. **REJEITADO O PROJETO, MANTIDO O VETO.**

O SR. LINEU TURRA — (Pela ordem) Sr. Presidente, de acordo com o artigo 97 do Regimento Interno, para esclarecer uma dúvida que nós tínhamos e não foi resolvida anteriormente.

De acordo com o Artigo 150 do Regimento Interno, Sr. Presidente, se Vossa Excelência me permitir, gostaria de ler: "Se algum Deputado pedir a palavra sobre requerimento sujeito à discussão, será esta adiada para depois da última matéria constante da Ordem do Dia seguinte."

Sr. Presidente, eu encaminhei à Mesa um requerimento, solicitando a intervenção do Sr. Presidente da República, no problema da greve de São Paulo. Acontece que este requerimento, no dia em que foi apresentado, foi solicitada a discussão, ficou para o dia seguinte. No dia seguinte, o último requerimento a ser votado seria do eminente Deputado David Cheriegate, com relação à instalação de telefones em Ouro Verde. Este requerimento foi aprovado. No meu entender, de acordo com o artigo 150 do Regimento Interno, este requerimento que eu apresentei no dia seguinte, após votado o requerimento do Deputado David Cheriegate, que teria sido apresentado no mesmo dia, o meu requerimento teria preferência sobre os demais na votação, porque estava então no dia seguinte para ser colocado em discussão. É esse o meu entendimento. Agora, eu queria que Vossa Excelência esclarecesse.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) A Mesa informa que o requerimento se encontra ainda em fase de discussão. E informa ao nobre Deputado, que essa norma que vem sendo adotada pela Casa, desde 1.947, e de acordo inclusive desta Mesa, com as lideranças dos blocos parlamentares. Mantido inclusive recentemente.

O SR. LINEU TURRA — (Pela ordem) Sr. Presidente, eu acho que Vossa Excelência não entendeu. Eu diria o seguinte: eu não sei se esses requerimentos que ficam para discussão, são adiados "Sine Die", quando são apresentados requerimentos para votação.

Quer dizer que eles ficam indefinidamente sobre a mesa para serem discutidos. Agora eu gostaria de saber, de acordo com o Regimento Interno, se a Mesa Executiva deve possuir um livro de anotações das decisões sobre as questões de ordem. Gostaria de saber de Vossa Excelência se existe algum precedente sobre questão de ordem neste sentido.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) A Mesa já respondeu ao nobre Deputado que a norma é adotada nesta Casa desde 1.947, e, de acordo com entendimento com os Líderes de bancada.

Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Domício Scaramella, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Senhora Maria Neves Leme, ocorrido em União da Vitória. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Domício Scaramella, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor João Gôas, ocorrido em União da Vitória. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Jurandir Messias, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de pesar pelo falecimento do jovem Ulisses Vidal dos Santos, ocorrido nesta Capital. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Egon Pudell, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Oscar Gengnagel, ocorrido em Toledo. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Tavares, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Francisco Otávio dos Reis, ocorrido na cidade de Bela Vista do Paraíso. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de pesar pelo falecimento do jovem Ulisses Vidal dos Santos. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado João Elísio, constante do expediente, de sessão anterior, solicitando voto de congratulações ao Doutor Ricardo Machado Lima, pelas suas atuações nos cargos públicos que exerceu. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Airton Cordeiro, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de pesar pelo falecimento do jovem Ulisses Vidal dos Santos. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado David Ferdemann, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Antônio Maciel, ocorrido na cidade de Ponta Grossa. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Airton

Cordeiro, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Professor Francisco Alberto de Castro. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Facci, constante do expediente, solicitando a constituição de uma Comissão Especial composta de 3 (três) membros para representar este Poder Legislativo nos festejos em comemoração ao trigésimo terceiro aniversário da cidade de Maringá. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Waldyr Pugliesi, constante do expediente de sessão anterior, solicitando a transcrição, nos Anais da Casa, do manifesto dos alunos do Curso de Geologia da Universidade Federal do Paraná, bem como solicita voto de solidariedade às suas reivindicações. — Em votação.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Para encaminhar.

Sr. Presidente, ontem eu recebi uma comissão do curso de Geologia, com referência às reivindicações formuladas pelo aludido curso da UF. Paraná.

Procurei entrar em contato com o delegado do MEC., e, em seguida com o Sr. Reitor, e fui informado ontem, ainda, que hoje ele está seguindo a Brasília, para conseguir recursos, a fim de atender o curso de Geologia; e está previsto, tão logo volte o Sr. Reitor de Brasília, provavelmente na segunda-feira, o encontro com estudantes do referido curso, a fim de ver o que se pode fazer, e o que se pode atender nas reivindicações formuladas.

Mas, nada impede que votemos o requerimento de solidariedade ao curso de Geologia.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Em votação.

O SR. NILSO SGUAREZI — (Para encaminhar a votação)

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Na realidade, a greve dos estudantes de Geologia não é a primeira que afeta e está traumatizando a nossa Universidade.

Há poucos dias, votava esta Casa, solidariedade aos estudantes de Arquitetura.

O que acontece com o curso de Geologia para que os alunos entrem em greve e o Conselho Universitário decreto o recesso escolar?

Para explicar isso, Sr. Presidente, é necessário voltarmos cinco anos atrás, quando era Ministro da Educação o Sr. Ney Braga e Diretor do Departamento de Assuntos Universitários, o atual Secretário da Educação do Paraná, Edson Machado de Souza.

Pela Portaria número 2058, de 11 de abril, a Universidade decretou recesso do curso de Geologia. Os alunos, de fato, estão em greve. Mas, realmente, o curso está em recesso escolar.

O Reitor considerou, para as justificativas do recesso, um requerimento subscrito pelos alunos em que fazem um elenco de reivindicações à Universidade. E, com base nesse requerimento, o Reitor justifica a decretação do recesso escolar.

Mas, eu dizia que há 5 anos, exatamente em abril de 1.975, o MEC constituía um Grupo de Trabalho, formado por quatro professores, as maiores autoridades de Geologia do Brasil, que vinham à Universidade Federal do Paraná fazer uma análise, um chek-up, do curso de Geologia, porque até então, criado em 1.972, em 1.975 ainda não estava tendo o desempenho que a Universidade esperava do mesmo.

O Grupo de Trabalho, constituído pelo MEC, com professores da Universidade do Rio Grande do Sul, de São Paulo e da Universidade do Brasil, fez um relatório que cha-

mou Plano Diretor do Curso de Geologia. E o enviou ao MEC. O Diretor Geral do MEC, Dr. Edson Machado, enviou ao Ministro da Educação.

O Ministro da Educação aceitou na integralidade esse Plano Diretor e enviou à Universidade Federal do Paraná, inclusive, com os recursos financeiros necessários para que esse Plano Diretor fosse implantado.

Pois bem, Sr. Presidente, Srs. Deputados, hoje, decorridos 5 anos, o curso de Geologia continua tendo o mesmo desempenho deficitário, decadente, nível de ensino não condizente, não conseguindo formar geólogos com condições de entrarem em campo, a uma floração qualquer, e fazerem uma interpretação geológica.

Por isso, os alunos estão em greve. Mas, principalmente, Sr. Presidente, Srs. Deputados, porque aquele Plano Diretor não foi implantado, muito embora viessem os recursos financeiros para a Universidade do Paraná.

E tanto é verdade que dizia o Grupo de Trabalho, em seu relatório:

"As soluções apontadas são de caráter global e no entender do Grupo de Trabalho o atendimento parcial poderá comprometer todo o Plano Diretor, sem solucionar a difícil situação imperante".

Pois bem, o Grupo de Trabalho prescreveu que para o funcionamento do curso de Geologia, a Universidade deveria criar o Departamento de Geologia.

E disse o Plano Diretor:

"Não parece existir outra alternativa que permita o bom funcionamento do curso de Geologia que não esteja fundamentada na criação do Departamento de Geologia."

Esta era a medida básica.

Pois bem, quando essa medida foi implantada?

Exatamente 5 anos depois, ou seja, criou-se o Departamento de Geologia, somente em data de 02 de abril de 1.980, pela Resolução 06/80 do Conselho Universitário.

Cinco anos depois! Quando era prescrito como fundamental para o funcionamento do Curso em 1.975. E, inclusive, vieram os recursos financeiros para a implantação desse Departamento.

No dia 09, os alunos entraram em greve. Porque, na realidade, embora não tivesse formalizado esse Departamento, ele estava funcionando como um Departamento dentro da Universidade.

Mas, o que é que os alunos querem? Em síntese, por que eles estão fazendo greve?

Vimos que os alunos de Arquitetura reivindicavam até pranchetas para desenhar. Não é diferente a situação dos alunos de Geologia, que reivindicam microscópios, lupas, balança, reivindicam material escolar para os laboratórios, reivindicam que o material que foi comprado pela Universidade, seja mantido, porque a grande verdade é que foi feito um relatório de todo o material existente, e de 50 microscópios, apenas funcionavam meia dúzia. Não é possível que a nossa Universidade do Paraná esteja num plano administrativo tão deficitário como esse.

Srs. Deputados, materiais da Universidade estão na casa de alguns professores, há 12 anos, e os alunos não têm acesso a eles e os professores não apresentaram um só trabalho para a Universidade. Nos últimos Congressos de Geologia no Brasil, a UFP não tem comparecido com trabalhos, porque os seus professores que seriam encarregados de apresentar tais trabalhos, apenas retêm o material da Universidade, sem apresentarem uma produtividade científica.

Então os alunos querem contratação de melhores professores, os alunos querem material, os alunos querem condução para poderem ter aulas no campo, porque é necessário os professores e alunos se deslocarem ao campo para terem as aulas práticas, e o que acontece com a Uni-

versidade do Paraná? Marca, uma viagem de 1.400 Kms. — passem os Senhores —, para ser realizada em dois dias, para se ter matérias sobre três disciplinas. 1.400 Kms, em dois dias.

Mas qual é o aproveitamento que pode ter uma turma de alunos viajando em dois dias, 1.400 Kms, em ônibus desconfortáveis? e passem os Senhores, a Universidade Federal do Paraná comprou dois modernos ônibus e estão desde o dia 21 de março estacionados no pátio da Faculdade de Farmácia no Batel, sob a alegação de que a Universidade não tem motorista.

Mas Senhores, será que temos que assistir atitudes como essas de pessoas responsáveis? Não é possível, sinceramente não é possível. Eu sei que inclusive um eminente Deputado da Bancada do PDS tem um de seus filhos na Universidade e acompanha o drama que esta juventude estudiosa do Brasil que quer contribuir com esta Nação, mas que não lhes é possível.

O Governador do Paraná, quando era Ministro da Educação, porque lhe afetava diretamente e o Sr. Ney Braga tem um conceito muito bom dentre os professores do curso de Geologia, porque deu os recursos materiais e financeiros. A ineficiência, a imprestabilidade administrativa da nossa Universidade é que impediu que efetivamente essas medidas administrativas fossem implantadas. Nós assistimos na imprensa, há poucos dias, o caso Freire Maia; esta Assembléia se manifestou sobre isso e nós estamos num processo de abertura democrática. Alguns talvez até possam interpretar de que seria interferência do Poder Legislativo na autonomia da Universidade, tratar desses assuntos.

Mas, Senhores, uma democracia não se constrói sem Universidade, e que democracia será que vamos construir, tendo uma Universidade tão retrógrada, ineficiente, como a que nós temos. É nossa obrigação, como representantes do povo, denunciarmos essas irresponsabilidades que ocorrem, muito embora os últimos governos tenham diminuído verbas ao setor de educação, não é só de recursos financeiros que carece a Universidade.

É o arejamento de muitas mentes, mentes retrógradadas que na época do obscurantismo, da repressão, da censura, conseguiram alguns postos de mando e hoje quando se propicia novamente o debate, a crítica, quando se propicia novamente o diálogo entre professores e alunos, essas mentalidades retrógradadas, mal preparadas, temendo serem superadas, suplantadas por aqueles mais capazes, mais aptos, trancam-se e extravasam as suas arbitrariedades pessoais e o seu conceito retrógrado de interpretar o ensino.

Por isso, Sr. Presidente, eu havia preparado um longo esboço, provando aos Srs. Deputados efetivamente, de que infelizmente irregularidades muito grandes ocorrem na nossa Universidade. Em 1.975, um grupo de trabalho fez um levantamento do material existente na Universidade, fez o inventário do acervo patrimonial. Agora, quando foi decretada a greve, um outro grupo da Universidade fez outro relatório. Os alunos por curiosidade, e muitos deles estão aqui, passaram a conferir os 2 relatórios do material existente e notaram, pasmem os Senhores, uma falta de inúmeros materiais que não constam neste segundo relatório, que a própria Universidade não sabe que fim levou. Aparelhos caros, até um contador Geiger sumiu da Universidade, máquinas fotográficas de alta precisão, aparelhos de alta precisão estão nos laboratórios enferrujados, carcomidos, sem manutenção. Outros, na casa de alguns professores e os alunos não têm acesso a eles.

Por isso, Sr. Presidente, agradeço a benevolência de Vossa Excelência em me conceder alguns minutos a mais, para dizer aos Srs. o seguinte:

Os geólogos ocupam uma função tão importante no

Brasil hoje, tão importante que talvez, seja o aspecto mais importante da soberania nacional, enquanto os Estados Unidos têm 50 mil Geólogos, a Rússia 120 mil, o Brasil possui apenas 3.

Então hoje, essa figura técnica do geólogo é tão importante que se nós tivéssemos mais geólogos no Brasil, talvez não existisse um Projeto JARI levando nosso caulim, não existiria um projeto RADAM entregando, praticamente, o mapa da mina aos estrangeiros, para que usem e abusem. Porque sem dúvida alguma, quando o mundo atravessa a crise da energia, se o Brasil quiser vencer esta luta tem que se basear nessa juventude que está aí, nestes homens, os geólogos. Mas, qual será Srs. a luta que o Brasil vai desenvolver para a consecução de novas fontes de energia se, as nossas universidades não conseguem entregar um profissional que chegue no campo e o interprete. Qual será Srs., o futuro dessa juventude, como eles dizem no seu relatório, que existem professores nesta Universidade que não conseguem, com a teoria do livro, reconhecer o material no campo?

Por isso, Sr. Presidente, agradeço a benevolência de Vossa Excelência e acho que a Assembléia não só tem que endossar, transcrever o manifesto da greve mas, amanhã, endossar um requerimento que estou enviando ao MEC, que faz parte dessa justificativa, para que o MEC fiscalize onde foi aplicado aquele dinheiro que em 1.975 o atual governador do Paraná, como Ministro da Educação mandou, para ser implantado o plano diretor e não foi feito isso. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Em votação o requerimento.

O SR. ADALBERTO DAROS — Para encaminhar Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Para encaminhar, concedo a palavra ao nobre Deputado Daros.

O SR. ADALBERTO DAROS — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Justa a proposição do nobre Deputado Waldyr Pugliesi, mesmo porque, Sr. Presidente, Srs. Deputados, temos visto e assistido desde os tempos em que nos conhecemos melhor desde os tempos do banco escolar da faculdade, que quando se trata de uma melhoria que se dê consistência em determinados setores da vida nacional, se vê, infelizmente, o que acontece no Estado do Paraná.

Não devenos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, alongarmos ou justificarmos nosso voto, mesmo porque o Deputado Nilso Sguarezi, bem colocou a questão desses estudantes da nossa Universidade. Eu quero em nome do meu partido, pequeno é verdade, dizer a esta Casa pelo sentimento que temos e que tivemos quando estudantes, pelas dificuldades que tivemos, que passamos durante este regime discricionário a dizer, que aplaudimos com veemência o requerimento do Deputado Waldyr Pugliesi e repugnamos até, algumas atitudes tomadas pela nossa Universidade que deveria hoje ser uma das melhores do Brasil e que não justificou, em hipótese alguma, um Ministro da Educação durante tanto tempo. E que vemos hoje? As Faculdades estaduais a penarem, de Ponta Grossa, de Maringá e de Londrina e ainda mais, o que se viu durante a sua gestão? Nada, absolutamente nada.

E a prova está aí agora, num curso importante como este se diz "não" a uma juventude que tem vontade de demonstrar a sua brasilidade e a sua nacionalidade para o bem e para o benefício deste País, nega-se isso.

Razão pela qual, Sr. Presidente, votamos honradamente com o requerimento do Deputado Waldyr Pugliesi. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Em vota-

ção o requerimento.

O SR. WALDYR PUGLIESI — Para encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Para encaminhar, concedo a palavra ao Deputado Waldyr Pugliesi.

O SR. WALDYR PUGLIESI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Lembro-me que logo após a formação da Petrobrás, no Brasil, os dirigentes brasileiros colocaram à testa daquela empresa o Sr. Walter Linck, um norteamericano encarregado de encontrar petróleo aqui no País.

Essa atitude que foi tomada pelos nossos governantes de então, até hoje traz os seus reflexos negativos para todo o Brasil. Porque quando a gente vê 150 alunos do curso de Geologia, todos eles unanimemente deflagram a greve, nós temos razões para nos convencermos de que realmente eles estão fazendo um movimento dos mais justos. E é nessa hora que nós lamentamos que durante todos esses anos não possamos nós aqui no Brasil termos tido a atuação de uma União Nacional dos Estudantes.

Porque os senhores estudantes estão cansados de saber que nada lhes será oferecido de graça. É necessário que se faça a organização para conquistar aquilo que lhes é devido. Esse exemplo do Sr. Walter Linck que estamos dando do início da formação da Petrobrás, hoje é mais grave ainda no setor da Geologia. Um território como o do Brasil, com oito milhões e quinhentos mil quilômetros quadrados, que precisa ser conhecido, esquadrihado metro a metro, por brasileiros que vistam a camisa do Brasil, encontram nas nossas autoridades barreiras quase que intransponíveis.

O Sr. Presidente da Petrobrás, de agora, Ministro de ontem, Shigeaki Ueki, outro dia para fazer um depoimento em Brasília fretou um avião a jato e gastou em torno de 120 mil cruzeiros para fazer aquele depoimento em Brasília, quando ele, muito bem poderia ter comprado uma passagem num avião de carreira. Portanto, verbas Srs. Deputados, existem. O que existe é incompetência administrativa nesta pequena ditadura que está instalada na Universidade Federal do Paraná.

O meu companheiro acabou de dizer que dois ônibus foram comprados, mas alunos estão em recesso e o Brasil precisa de geólogos. Há necessidade premente de geólogos neste País, brasileiros que querem fazer este País independente econômica, cultural e socialmente, mas encontram estas barreiras.

Portanto, é necessário que esta Assembléia se manifeste através de todos os partidos que aqui se fazem representar, favoravelmente, a este movimento de greve, à estas reivindicações. O que eles pretendem é tão simples de ser atendido! Tanto é, que ao final de certos exercícios financeiros, se não de todos, os dirigentes universitários remetem de volta verbas que não usam, dizendo que não foram usadas. E estão aí 150 alunos necessitando de professores, de equipamentos, que possam ser usados para se formarem, para abrirem realmente as portas para o progresso desta Nação.

Mas a educação neste País sempre foi tratada como assunto de quinta categoria. D. Pedro II só formou uma Universidade neste País para dar um título de "honoris causa" a um figurão que veio visitar o Brasil, porque não tínhamos universidade. Depois ele fundou dois institutos aqui no Brasil, o Instituto Imperial dos Cegos, o Instituto de Surdos-Mudos. Depois veio um Reitor magnífico, como o Sr. Pedro Calmon, e desalojou até os surdos e mudos do prédio que ocupavam.

É desta maneira, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que

o ensino está sendo tratado neste País. E aqui voltamos a falar em um ponto que julgamos dos mais importantes, há necessidade de se fazer uma luta, neste País, de cima embaixo, em favor do ensino gratuito; porque não é possível, também, que os filhos dos trabalhadores ou mesmo hoje, os filhos da classe média, possam estudar.

O ensino gratuito é uma bandeira de luta que deve ser deflagrada. Como está sendo deflagrada pelo meu partido há muitos anos. Mas é necessário que todos se comprometam destas necessidade. Os estudantes devem saber que não vai aparecer Messias algum para libertá-los deste jugo, desta ditadura. É preciso que eles se unam, organizem-se, para conquistarem realmente o direito de receber o ensino que merecem, e não este arremedo de instrução que está sendo dada neste País.

Fica aqui, Sr. Presidente, a justificativa do nosso requerimento à esta Casa e a total solidariedade a este movimento, dos mais justos, que está sendo deflagrado pelos estudantes de Geologia da Universidade Federal do Paraná. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Em votação.

O SR. EZEQUIAS LOSSO — para discutir.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Concedo a palavra ao nobre Deputado Ezequias Losso.

O SR. EZEQUIAS LOSSO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ouvimos atentamente a manifestação dos ilustres Deputados que nos antecederam, ressaltando a importância do ensino para o desenvolvimento nacional. Obviamente, a minha bancada, a bancada do Partido Democrata Social, comunga com este mesmo ponto de vista.

Eis que, um dos maiores problemas que verificamos em nossos dias, é exatamente o da preparação profissional. Nosso País, como muito bem lembrou o nobre Deputado que me antecedeu, Deputado Waldyr Pugliesi, autor do requerimento, já há muitos anos vem sofrendo os efeitos da falta de técnicos capazes de encaminhar, a bom termo, aqueles programas maiores da área econômica e social, que são previstos pelos órgãos competentes.

Lembrou inclusive a respeito da falta de técnicos, quando a Petrobrás estava para ser criada. O que causou inclusive a demora, para que a prospecção se realizasse. É certo que Getúlio Vargas, o ditador de então, tinha o maior interesse em bem realizar o seu programa. Mas talvez houvessem falhas e sérias falhas, na sua assessoria educacional.

A partir de 1.964, Sr. Presidente, Srs. Deputados, notamos uma reestruturação no Ministério da Educação e Cultura. Embora muitas tentativas não tivessem sido coroadas de êxito. Foi inegável a grandiosa contribuição do atual Governador do Estado do Paraná, Ney Aminthas de Barros Braga, quando à frente do Ministério da Educação e Cultura, que proporcionou condições para uma renovação das Universidades Brasileiras; e também dando condições, para que o estudante de classe mais humilde pudesse, através do crédito educativo, ter os recursos necessários, para o recebimento do seu preparo devido.

Por isso, quando se critica o então Ministro Ney Braga, posso dizer nas observações que tenho feito particularmente, que se comete uma injustiça. Porque Sua Excelência foi um dos melhores Ministros da História da República Brasileira.

Outrossim, Sr. Presidente, Srs. Deputados, como muito bem falou o eminente Deputado que em primeiro lugar ocupou a tribuna, o atual Reitor da Universidade Federal do Paraná, disse o nobre Deputado Gilberto Carvalho, está tomando as devidas providências para que o assunto seja solu-

cionado devidamente e o Delegado do Ministério da Educação e Cultura, igualmente, está fazendo a sua parte. Acreditamos, portanto, que a solução brevemente há de ser encontrada, para que assim todos os estudantes sejam devidamente apoiados. Esta Casa, entretanto, como caixa de ressonância do que ocorre na sociedade, não pode ficar alheia a este problema. Por isso, manifestamo-nos favoravelmente a este requerimento. Porque é justa a reivindicação dos estudantes. E nunca a Bancada do Partido Democrata Social foi contra uma causa justa. Por isso, os estudantes de Geologia podem contar com o apoio do Partido Democrata Social, o PDS. Porque a causa da educação não é uma causa partidária, é uma causa de todos os brasileiros, é uma causa de todos aqueles que visam um Brasil gigante, um Brasil respeitado no concerto das Nações. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Em votação.

O SR. DÁCIO LEONEL — Para encaminhar.

Sr. Presidente, eu pretendia fazer um pronunciamento um pouco mais longo, mas, assim que pudemos ouvir o pronunciamento do Deputado Ezequias Losso, nos tranquilizamos mais, porque já tínhamos convicção absoluta de que, assim como o Partido do Movimento Democrático Brasileiro, assim como o PT., assim como o meu Partido, o PP, também o PDS estariam unidos nesta mesma causa, porque eu entendo que o objetivo precípuo deste requerimento apresentado à Mesa é, acima de tudo, a solidariedade que devemos oferecer aos alunos do curso de Geologia da UF. Paraná.

Apenas porque eles somente pedem condições para melhor poderem se preparar, pedem condições para melhor estudar. E, dentro desta seqüência, depois de tantos pronunciamentos, gostaria, então, que ficasse aqui o pronunciamento também do P. Popular, porque ainda hoje, no Pequeno Expediente, pude, da tribuna, enfocar outro problema, do Universitário Curitibano, especificamente, o universitário da Universidade Católica do Paraná, que também vive o drama, hoje, viveu ontem o drama da falta de condições para poder estudar, e vive hoje o drama dos altos preços das mensalidades.

E a luta dentro do programa do meu partido, é a luta que nós temos desenvolvido, para que tenhamos hoje, amanhã, o quanto antes possível, o ensino gratuito em todos os níveis no Brasil, que será, sem dúvida alguma, a maior conquista para o universitário, para a família brasileira.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Em votação.

O SR. NESTOR BAPTISTA — Para encaminhar.

A gente observa que, quando se fala em educação, lamentavelmente, os menos letrados são os que mais reclamam.

O SR. AGUINALDO PEREIRA LIMA — (Pela ordem) Se nós reclamamos é porque o tempo está esgotando, e o nosso interesse é que esse requerimento seja votado o quanto antes possível. E não conheço que o Deputado Nestor Baptista seja um gênio, porque nunca vi este destaque sobre a sua pessoa no Paraná.

O SR. NESTOR BAPTISTA — Confesso ao Sr. que não entendo o porquê da reação tão violenta do nobre Deputado, e me parece que o horário da sessão não está para se esgotar.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Com a palavra o nobre Deputado.

O SR. NESTOR BAPTISTA — Sr. Presidente, em momentos como este que vive o pessoal da Geologia é que nós

pedimos mais uma vez aos homens do Governo e aos homens responsáveis pela educação neste País, que atentem bem, que daqueles que entram na escola, ainda no primário, apenas 1% consegue chegar à Universidade.

O País, hoje, tem mais de 22 milhões de analfabetos. Um número degradante e desolador.

E aqueles que conseguem, dentro desse 1% chegar a uma Universidade, lamentavelmente, muitas vezes se defrontam com problemas e com crises como esta enfrentada hoje, pelo pessoal da Geologia. E, por isso mesmo é que, neste instante, este Deputado, mesmo não sendo gênio algum, instante, se solidariza com o requerimento em questão.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Em votação.

Os Srs. Deputados que forem favoráveis, permaneçam como estão. (Aprovado. Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fuad Nacli, constante do expediente de sessão anterior, solicitando dispensa da publicação da Redação Final dos Projetos de Lei n.ºs 127/79 e 139/79. (Aprovado. Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado David Federmann, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o arquivamento do Projeto de Lei n.º 94/79. — (Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

O SR. DARCY DEITOS — Requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) A Mesa deferiu. Os Srs. Deputados que aprovam o requerimento, queiram levantar-se. (Pausa)

Os Srs. Deputados que rejeitam, queiram levantar-se.

15 Srs. Deputados Aprovam.

18 Srs. Deputados rejeitam.

Rejeitado o requerimento. Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelton Friedrich, com o apoio de diversos Srs. Deputados, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de protesto às homenagens que serão prestadas ao General Alfredo Stroessner. — Em votação.

O SR. GILBERTO CARVALHO — — (Para encaminhar a votação) Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Quando tomei conhecimento desse requerimento, desloquei-me a Guaratuba, porque me preocupei com a justificativa apresentada: que estavam sendo desalojados pescadores para construção de uma praça que visava prestar homenagem ao Presidente do Paraguai.

E pude constatar que não são verdadeiras essas declarações. A homenagem prestada não foi ao Presidente do Paraguai, mas ao seu povo. Essa praça ocupa, na orla marítima, 40 metros por 140, autorizada pelo SBU e não foi desalojado pescador algum.

Ao lado dessa praça, existe uma casa de um paraguaio, do outro a de um veranista. E é pretensão da Prefeitura Municipal continuar, naquela faixa, os melhoramentos, dando um novo aspecto a Guaratuba. E nessa continuidade, provavelmente, talvez tenha que haver desapropriação de algumas casas, mas não de pescadores.

A praça não desalojou pescadores.

E esta homenagem que se presta ao povo paraguaio é pelo investimento que tem feito naquela cidade e que tanto precisa de melhoramentos. E não vejo injustiça, alguma se saem os paraguaios de seu País para aplicarem dinheiro no Paraná, principalmente em Guaratuba, quando muito de nós, paranaenses, saímos para aplicarmos nas praias de Santa Catarina.

Não vejo porquê impedir esta homenagem. Mas, também tive oportunidade de ouvir noticiários de rádio, que se procuraria uma maneira de impedir a denominação daquela praça.

Não poderemos invadir a autonomia do Poder Legislativo. E o decreto presidencial não impede que o município dê, a qualquer prédio público a denominação que se pretenda.

Sr. Presidente, por esse motivo vamos votar contra o requerimento.

Não estou fazendo a defesa do Presidente do Paraguai, quando dizem que é um ditador. Mas, não nos cabe julgar, pois existe o Conselho de Direitos Humanos, da ONU, a quem cabe interpretar, e não a nós.

Era só, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Continua em votação.

O SR. ADALBERTO DAROS — (Para encaminhar a votação)

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Acredito que, infelizmente, a tal homenagem já foi feita.

Todavia, nós que fazemos política no Litoral, devemos dizer que quando se mudar a política de Guaratuba, quando aquela cidade tiver um prefeito por mim considerado — e colocaria o termo até decente — mesmo porque tenho, e vou trazer a esta Casa alguns serviços do Sr. Prefeito de Guaratuba.

Vou mostrar a este plenário, a grande administração que Guaratuba tem. E felizmente, Sr. Presidente, Srs. Deputados, quando houver um prefeito que termine a Avenida Atlântica de Guaratuba, essa Avenida passará exatamente em cima dessa praça. A informação que nós tivemos e que conhecemos, graças a Deus, Sr. Presidente, esta homenagem, será enterrada pela Avenida Atlântica. Somente isto.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Em votação.

O SR. FUAD NACLI — Para encaminhar, Sr. Presidente.

Nós queremos apenas dizer ao nobre Deputado autor do projeto que vamos votar contra e não aceitamos a justificativa do Deputado Daros, que uma avenida vai cortar a praça. Se cortar deixará duas mãos, uma de cada lado, mas a minha posição se refere que nós temos nossos irmãos no Paraguai, mais de 600 a 700 mil brasileiros que lá vivem, procurando trazer divisas também para o Brasil, porque hoje o Paraguai é o maior produtor de menta do mundo. Nós tivemos um contingente de pessoas que vieram veranejar no nosso Estado do Paraná e Santa Catarina, trazendo dolares e divisas. Não estou aqui para defender o ex-deputado Antonio Franco Ferreira da Costa, mas sim para defender os nossos irmãos que lá vivem, no Paraguai, e que estão conosco sempre em Foz do Iguaçu e em Cascavel e queremos dizer que, não só Guaratuba deve prestar uma homenagem aos homens que vêm para o Brasil, mas também dos argentinos e a todos os filhos de descendentes que se encontram neste País. Queremos de antemão dizer do nosso voto contra o requerimento. (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Em votação.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Para encaminhar, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados. Praticamente todos os Deputados do PMDB subscreveram essa petição e na verdade, eu gostaria de trazer aqui, Sr. Presidente, alguns esclarecimentos, porque ao que tudo indica, além de dúvidas, há

interpretações desviadas da realidade. Primeiro plano: o desalojamento de pescadores foi por demais documentado pela imprensa da Capital e em especial, de reportagem extensa, documentada com fotografias inclusive pelo jornal "Correio de Notícias", e esse desalojamento não é de agora, é de meses e meses passados, quando então estava apenas em projeto a denominação de Praça Alfredo Stroessner, naquela cidade litorânea.

Efetivamente há que se chamar aqui o testemunho deste documentário jornalístico que trouxe à consciência do Paraná, as informações sobre esse fato social extremamente grave.

Portanto, é possível e por demais evidente que, presente não haja deslocamento de pescadores, de moradores da área aonde foi construída a praça, em homenagem ao ditador paraguaio, mas sim, em meses passados, além do mais, Sr. Presidente, Senhores Deputados, o requerimento objetivamente se restringe à praça e não à rua que leva o nome de República do Paraguai, à qual, portanto, merece toda a solidariedade e homenagem de todos os povos irmãos do mundo inteiro, não só do Brasil, não só do Paraná, mas não, Senhor Presidente, Senhores Deputados, uma homenagem com objetivos oportunistas e imediatistas de tentar a dar o título de Praça Alfredo Stroessner, à pessoa do atual Presidente que por 25 anos com mão de ferro e fogo conduz aquele País irmão, fazendo com que Sr. Presidente, Srs. Deputados, tenhamos lá esses 400 mil brasileiros sem um regime institucional adequado e legal com absoluta insegurança, em que o pequeno proprietário já está sentindo os efeitos, e basta visitar as regiões e conhecer a faixa de fronteira da área, como bem sabemos de como as oposições paraguaias são tratadas, bem como se passam meses e meses na prisão sob alegações as mais inúteis, frágeis e inconseqüentes, sabemos também, Sr. Presidente e Srs. Deputados, que todos os órgãos internacionais ligados ou a anistia internacional, a Comissão Especial de Direitos Humanos da ONU, como o próprio Departamento de Direitos Humanos da OEA têm seguidamente se manifestado, de maneira veemente, contra as atitudes de Sua Excelência o Presidente Alfredo Stroessner na condução daquele País, com 25 anos de Estado de Sítio.

Ora, Sr. Presidente e Srs. Deputados, um País como o nosso que se pretende um dos líderes democráticos do Ocidente, e que se fala tanto agora na abertura política, fazer homenagem desta espécie a quem tem a todo o instante tripudiado e amassado toda a perspectiva democrática daquele País.

A emoção é lógico que me contagia Sr. Presidente, porque não posso admitir que neste País tenha quem venha homenagear "o Somoza da América do Sul", que recebe com honras de Estado um ex-sanguinário ditador da Nicarágua. Seria a mesma coisa, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que há questão de três anos atrás, o Paraná inaugurar e homenagear com busto e com cidadania o ex-ditador Anastácio Somoza, as circunstâncias são parecidas e as evidências históricas são as mesmas.

Ora, homenagear Alfredo Stroessner, é uma coisa, se, homenageássemos o povo paraguaio, a República Guarani, estaríamos aqui, em pé, para aplaudirmos tal homenagem, mas não quem traz do seu cortejo as marcas da violência contra a democracia, quem traz ao seu lado o regime forte do amassamento de toda e qualquer perspectiva democrática naquele País, que faz com que um ex-Deputado como Domingo Laino, tenha, durante onze vezes, sido preso sob acusações as mais infantis e impróprias.

Mas, não somos só nós Sr. Presidente e Srs. Deputados, estava até pouco tempo, no Paraguai, o próprio embaixador norte-americano Robert White, e de maneira clara, insofismável se colocara contra as atitudes do ditador daquele País, inclusive, em julho do ano passado, ao comemorar-se um ano de independência a mais da Nação Norte-Americana, convidara

as oposições paraguaias para a homenagem oficial e não o "staff" do Presidente Alfredo Stroessner.

Ora, Sr. Presidente e Srs. Deputados, homenagear Alfredo Stroessner é homenagear a ditadura, homenagear Alfredo Stroessner é pisar na liberdade, homenagear Alfredo Stroessner é agredir as consciências libertárias da América Latina e do Terceiro Mundo. Porque lá está um dos maiores redutos dos sul deste mundo, onde se praticam as maiores arbitrariedades, violências e todo o tipo de agressão humana.

Isso é que fica caracterizado neste instante, o estender a mão a Alfredo Stroessner em homenagem, é realmente palmilhar com esse tipo de honraria, ao homenageado que traz consigo fêretro da incompetência democrática e libertária.

E eu termino Sr. Presidente e Srs. Deputados, porque na verdade este País, que acaba de receber aos poucos os anistiados, teve nas diversas comunidades internacionais, a receptividade solidária mais de dez mil brasileiros que foram expulsos ou foram de uma maneira ou outra, jogados fora das fronteiras brasileiras. E aqueles irmãos brasileiros foram recebidos em diversos países de maneira muito humana, solidária e até promocional.

Ora, isto prova mais uma vez que, também devemos nos solidarizar com aqueles que estão sendo vítimas destes tipos de Regimes, que de maneira ofuscante impedem a liberdade dos povos. Se recebemos solidariedade de nossos irmãos do exterior até poucos dias atrás, também temos a obrigação e o dever de nos solidarizarmos com outros irmãos latino-americanos que estão em circunstâncias terríveis, inadequadas, prejudicando a verdadeira libertação dos povos.

Por esta razão, é que nós manifestamos até com emoção neste aspecto, porque homenagear Anastácio Somoza, homenagear Alfredo Stroessner, homenagear Pinochet, é homenagear o que a comunidade internacional inteira está a repudiar onde o Presidente do Chile, numa recente viagem ao exterior, foi impedido de visitar determinadas comunidades pela presença de políticos, pela presença de estudantes, de intelectuais, professores, para que não tivessem aqueles países a mancha negra da presença da ditadura fascista, sanguinária, que se instalou em vários países do terceiro mundo. E nós aqui, vemos este Parlamento que quer se dizer democrático, que quer se dizer representante do povo, que quer se dizer libertário e a favor da abertura, homenagear indiretamente quem teve a petulância de vir aqui em Guaratuba, e professar a sua má fé com a democracia condenando a abertura brasileira e se manifestando contrário à reivindicação do ABC dizendo que era uma movimentação de comunistas.

Um Presidente que faz isto, quando vem aqui numa homenagem oportunista, maldosa, e extremamente condenável, mereceria, isto sim, de pé, o repúdio deste Parlamento, em nome das consciências dos paranaenses e acima de tudo da consciência tradicionalmente democrática e libertária deste País.

Obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Em votação o requerimento.

O SR. DENI SCHWARTZ — Para encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Para encaminhar concedo a palavra ao Sr. Deputado Deni Schwartz.

O SR. DENI SCHWARTZ — Eu apenas quero lembrar aos mais novos desta Casa, e não vou criticar o Stroessner, porque afinal é o homenageado, que aquele Prefeito que está lá mancha o nome de sua família. Já manchou em 1972, quando presidindo esta Casa, como vice-Presidente se manifestou pelo fechamento da imprensa que naquela época fazia oposição feroz ao então Governador Haroldo Leon Péres, ao pedir o fechamento do "Estado do Paraná" e ao pedir o fechamento da TV Iguaçu.

Porque ele é contumaz em atos arbitrários e em dar as mãos aos ditadores. Portanto, para desgraça de Guaratuba, para

o povo de Guaratuba está lá aquele ilustre cidadão que pediu o fechamento, repito, do "Estado do Paraná" e da TV Iguaçu, nos idos de 1972. Naquela época, entristecido lá no interior, eu lia pelo "Estado do Paraná", ou melhor, pelo "Estado de São Paulo" as maiores críticas àquele tipo de Parlamentar.

Agora, entristecido também leio por uma revista de circulação nacional o oportunismo feito por um Prefeito que já foi Parlamentar, oportunismo este em homenagear um ditador.

O SR. PRESIDENTE (**Fabiano Braga Côrtes**). — Em votação. — Rejeitado.

O SR. DARCY DEITOS — Pela ordem, Sr. Presidente. Requeiro a Vossa Excelência verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (**Fabiano Braga Côrtes**). — A Mesa defere.

Os Srs. Deputados que aprovam o requerimento do Deputado Nilton Friedrich, e demais Srs. Deputados, queiram levantar-se. — (**Pausa**). — Os Srs. Deputados que rejeitam o requerimento, queiram levantar-se. — (**Pausa**).

14 Srs. Deputados aprovam; 20 Srs. Deputados rejeitam. — **Rejeitado**. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nestor Baptista, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações à Sociedade Beneficente Cultural Rui Barbosa, pelo transcurso do 71.º aniversário de fundação. — **Aprovado**. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tércio Albuquerque, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado aos Srs. Ministro da Fazenda, à Diretoria do Conselho Nacional de Comércio Exterior, à Direção da Carteira do Comércio Exterior do Banco do Brasil e ao Secretário da Receita Federal, encarecendo que seja facilitado o "Comércio de Formiga" entre brasileiros e paraguaios na região de Foz do Iguaçu. — **Aprovado**. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lineu Turra, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Diretor do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, em forma de apelo, no sentido de que seja determinada a construção de trevo na BR-369, de acesso à cidade de Corbélia. — **Aprovado**. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lineu Turra, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente do Tribunal de Justiça, visando a instalação do Cartório de Registro de Imóveis em Corbélia. — **Aprovado**. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lineu Turra, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Diretor da Empresa Brasileira dos Correios e Telégrafos, em forma de apelo visando a instalação de sistema telegráfico junto à agência de correios da cidade de Corbélia. — **Aprovado**. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente de sessão anterior, solicitando a transcrição nos Anais da Casa do artigo "O Fato Político", sob o título "Um Parlamentar de pouca Prática quis Expor o Paraná ao Ridículo". — **Aprovado**.

O SR. DARCY DEITOS — Pela ordem, Sr. Presidente. Requeiro a Vossa Excelência verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (**Fabiano Braga Côrtes**). — A Mesa defere.

Os Srs. Deputados que aprovam o requerimento do Deputado Erondy Silvério, queiram levantar-se. — (**Pausa**). — Os Srs. Deputados que rejeitam o requerimento, queiram levantar-se. — (**Pausa**).

20 Srs. Deputados aprovam; 13 Srs. Deputados rejeitam. — **Aprovado**. — Ao Departamento Legislativo. (**O artigo acha-se publicado no final desta Ata**).

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Waldyr Pugliesi, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto

de solidariedade aos vigilantes do Paraná que se encontram em campanha por melhores salários. — **Aprovado**. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado David Chierigate, com o apoio do Sr. Deputado Airton Cordeiro, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações ao Sr. Prefeito Municipal de Curitiba pela inauguração do Terminal do Pinheirinho do Sistema de Ônibus Expresso. — **Aprovado**. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fiori Luiz, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de telex aos Srs. Ministros do Planejamento e Fazenda, ao Banco Central e Conselho Monetário Nacional, visando a imediata revogação da recente medida que estabelece a taxa de 6,9% a título de Imposto Sobre Operações Financeiras. — **Aprovado**. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tércio Albuquerque, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos Srs. Presidente do Banco do Brasil S/A e Diretor da Carteira Agrícola do referido banco, visando a criação de uma Agência Oficial no Município de Matelândia. — **Aprovado**. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Egon Pudell, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente a diversas autoridades, encarecendo seja implantado em caráter de urgência um Posto do INAMPS, na cidade de Toledo. — Em discussão.

O SR. DARCY DEITOS — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Fabiano Braga Côrtes**). — Fica adiada a discussão para a próxima sessão, na forma do art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fiori Luiz, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário das Finanças determinando à Direção do Banco do Estado do Paraná S/A, no sentido de que preste as informações sobre diversos itens, referente à gratificações de funcionários.

A Presidência deixa de receber o presente requerimento, baseado na forma do artigo 123 do Regimento Interno.

O SR. FIORI LUIZ — (**Pela ordem**). Gostaria de uma informação da Presidência. PELO NOSSO pequeno entendimento, só a instituição bancária poderia responder dentro daquilo que é legal. Gostaria de saber se é inconstitucional este meu requerimento? Qual é a lei que determina o não recebimento pela Casa? Baseado em qual parecer? Gostaria que Vossa Excelência lesse o parecer para tomarmos conhecimento e o plenário também.

O SR. PRESIDENTE (**Fabiano Braga Côrtes**). — A Mesa lembra ao nobre Deputado que é lei federal e é decisão da Mesa.

O SR. FIORI LUIZ — (**Pela ordem**). — Eu levantei uma questão de ordem e gostaria de uma resposta. Invoco o artigo 125, a decisão do Plenário da decisão da Mesa. Gostaria de saber qual foi o parecer?

O SR. PRESIDENTE (**Fabiano Braga Côrtes**). — A Mesa, em atenção ao nobre Deputado, em respeito profundo que tem a todos os Srs. Deputados, deixa o presente requerimento à decisão do plenário.

O SR. FIORI LUIZ — Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Fabiano Braga Côrtes**). — Os Srs. Deputados que são favoráveis à decisão da Mesa de não receber o requerimento, queiram levantar-se.

O SR. LINEU TURRA — Para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (**Fabiano Braga Côrtes**). — A Mesa informa ao nobre Deputado que está em processo de votação.

O SR. LINEU TURRA — Mas Sr. Presidente, eu acho que teria condições de encaminhar o voto.

O SR. PRESIDENTE (**Fabiano Braga Côrtes**). — A Mesa não

acata a questão de ordem levantada pelo nobre Deputado.

Os Srs. Deputados que rejeitam a decisão da Mesa, queiram levantar-se. — (Pausa). — 21 Srs. Deputados aprovam a decisão da Mesa; 12 Srs. Deputados rejeitam a decisão da Mesa.

— **Está aprovada a decisão da Mesa.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Adalberto Daros, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de louvor aos Srs. Desembargadores Maximiliano Stasiak, Plínio Cachuba e José Said Zanlutti, da 3.^a Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado, pelos brilhantes votos que ensinaram decisão unânime, dando ganho de causa ao Coritiba F.C. na ação interposta pelo Sr. Aryon Cornelsen. — Em votação. O SR. ERONDY SILVÉRIO (**Para encaminhar a votação**). — Sr.

Presidente, é evidente que é uma questão aberta à votação desse requerimento. A Bancada votará de acordo com a consciência de cada Deputado. Mas, eu votarei contrário, embora nem que seja um voto solitário. Porque se a moda pega, diariamente teremos que votar aqui dezenas e dezenas de votos de louvor à decisão de Desembargadores. Porque a Justiça funciona dessa forma: ou o Desembargador vota favoravelmente, ou vota contra. Eu acho até uma intromissão indébita do Poder Legislativo ao Poder Judiciário. Consignar na ata dos trabalhos um voto de louvor, porque o Desembargador votou no Tribunal de Justiça. Isso é um absurdo, Sr. Presidente, isso é inusitado; foge às raíais da compreensão. Eu votarei contrariamente, sem demérito algum à causa, sem demérito algum à figura dos eminentes Desembargadores que se pretende homenagear com esse requerimento.

Mas, pelo inusitado do requerimento, que se a moda pegar, Sr. Presidente, haja papel e haja votos de louvor nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (**Fabiano Braga Côrtes**). — Em votação o requerimento do Sr. Deputado Adalberto Daros.

O SR. ADALBERTO DAROS — (**Para encaminhar a votação**).

Sr. Presidente, eu nasci aqui em Curitiba; vivo e moro aqui conheço, como o Deputado Erondy Silvério conhece, que a população da minha cidade, que a população da Capital do Estado do Paraná tem algo de muito importante, Sr. Presidente, que é, eu entendo assim, aquilo que ele escolhe em determinados setores da sua vida. E se com este requerimento eu quis e quero dar um voto de louvor a uma decisão do Tribunal de Justiça do Estado, é porque, Sr. Presidente, uma parcela enorme desta cidade, muito grande mesmo, tem esta tradição que é o Coritiba Futebol Clube. Não, Sr. Presidente, pela decisão do Tribunal, mas pela tranquilidade a esta parcela e todos que estão inteirados do caso sabem disso. Nossa intenção é única e exclusivamente esta, mostrar ao povo, com esta decisão, que a Assembléia está solidária com o Tribunal que trouxe tranquilidade a uma parcela do povo que nós representamos.

Esta, Sr. Presidente, foi e é a nossa intenção.

O SR. PRESIDENTE (**Fabiano Braga Côrtes**). — Continua em votação o requerimento do Deputado Adalberto Daros.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — (**Para encaminhar a votação**). — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Tenho na vida, além da minha família, duas paixões: a política e o futebol.

Esta decisão do Egrégio Tribunal de Justiça do Paraná, que beneficiou o Coritiba Futebol Clube, para mim foi muito importante, porque significou, inclusive, praticamente, um referendun da atuação que tive como Presidente do grande Conselho do Coritiba Futebol Clube.

Mas, sinto-me impedido de votar esta matéria, exatamente por ser um dos interessados na solução do problema da ação judicial que foi movida por um grupo de derrotados Conselheiros, contra o Coritiba Futebol Clube, à época, presidido por um ilustre "coxa-branca", que decidiu, pela maioria dos seus membros, mudar o nome do futebolista Belford Duarte, para um ex-Presidente do Coritiba, a quem nós revenciamos no momen-

to, o Major Antônio Couto Pereira.

Creio que foi uma decisão extremamente acertada dos ilustres Desembargadores.

Mas, não posso também, depois de ouvir a exposição do Deputado Erondy Silvério, deixar de concordar que esta Casa, que é o teatro das mais legítimas aspirações do povo, não deva se pronunciar sobre uma decisão da justiça, senão nós teríamos que, inclusive, admitir que outro poder, o Poder Judiciário, possa também estabelecer votos de louvor, a respeito de uma decisão desta Casa.

Eu, pessoalmente, abstenho-me, de acordo com o artigo 158 do Regimento Interno, em participar da votação, e quero, inclusive, deixar os meus companheiros de Bancada liberados.

Se eles tiverem algum constrangimento em votar contra uma decisão, porque fui o Presidente do Conselho, e porque esta decisão beneficiou o Coritiba e beneficiou no período em que tive o prazer em dirigir o Conselho do Coritiba Futebol Clube, quero deixar os meus companheiros de Bancada totalmente à vontade, para votarem ou de acordo com a opinião do Deputado Erondy Silvério, ou com a opinião do Deputado Daros.

O SR. PRESIDENTE — Em votação.

O SR. GABRIEL MANOEL — Só queria deixar meu voto favorável ao requerimento. Não entendo do futebol curitibano porque sou homem do interior. Mas, em homenagem ao Dr. Plínio Cachuba e ao Dr. Maximiliano Stasiak, que moraram em Joaquim Távora, eu votarei favorável e, graças ao espírito democrático do nosso Líder, que deixou a questão aberta.

O SR. PRESIDENTE — Em votação. Os Srs. Deputados que aprovam o requerimento, permaneçam como estão. —

Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Romero Filho, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja decretada, por interesse social, a desapropriação pelo Estado, da área do chamado Jardim das Nações e da área que convier da Planta Vila Tatuquara. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente de sessão anterior, solicitando a transcrição nos Anais da Casa o apoio e solidariedade dispensados pelos Bispos aos Metalúrgicos de São Paulo. — **Rejeitado.**

O SR. DARCY DEITOS (**Pela ordem**). — Sr. Presidente, requer verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (**Fabiano Braga Côrtes**). — A Mesa defere.

Os Srs. Deputados que aprovam queiram permanecer como estão.

Os Srs. Deputados que rejeitam queiram permanecer como estão.

10 Srs. Deputados aprovam; 20 Srs. Deputados rejeitam. — **Rejeitado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lineu Turra, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente do Banco do Brasil S/A., em forma de apelo no sentido de que seja instalada uma agência do referido banco na cidade de Corbélia. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Friedrich, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de telex ao INCRA e às Secretarias da Segurança Pública e Justiça, encarecendo providências com relação aos problemas possessórios da Fazenda Santa Madalena, Município de Wenceslau Braz. — Em votação.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA (**Para encaminhar a votação**). — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Quero testemunhar, ao plenário e ao Paraná, que a Fundação Instituto de Terras e Cartografia e o INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, já estão tomando

todas as providências cabíveis ao assunto da Fazenda de Wenceslau Braz. E o que se pretende, prioritariamente, é exatamente o objetivo do requerimento: dar segurança aos homens que lá estão exercendo o seu direito de trabalhar a terra.

Portanto, não há, da bancada do Partido Democrático Social, algum desejo em que não haja solução favorável aos posseiros lá existentes.

Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Fabiano Braga Côrtes**). — Em votação. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Friedrich, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de aplauso ao jovem artista Clécio Cozer, pelo trabalho artístico que desenvolve obtendo premiação especial no II Salão de Artes Visuais do Norte do Estado. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente de sessão anterior, solicitando a transcrição nos Anais da Casa, das Conclusões da 1.ª Etapa do I Encontro de Professores do Oeste Paranaense. — **Aprovado.** — (**A matéria acha-se publicada no final desta ata**). — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações ao Doutor Amosis Correia de Freitas, pela sua assunção no cargo de Diretor Regional da LBA, no Paraná. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos Srs. Presidente da República e aos Ministros das Minas e Energia, Planejamento e da Indústria e Comércio, em forma de apelo no sentido de preservar o setor de produção e comercialização do álcool anidro para fins carburantes. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Carlos Zanlorenzi, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de ofício ao Sr. Secretário dos Transportes, visando o asfaltamento da ligação Rio Negro a Piên. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Carlos Zanlorenzi, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Presidente da SANEPAR, no sentido de que o mesmo determine a agilização dos serviços, visando a instalação de esgoto na Vila Paraíso e Campo do Gado. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lineu Turra, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Indústria e Comércio, em forma de pedido de informações sobre indústrias do exterior objeto de pesquisas para se instalarem no Paraná. — Em discussão.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Fabiano Braga Côrtes**). — Fica adiada a discussão para a próxima sessão, na forma do art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado aos Srs. Governador do Estado e Secretário dos Recursos Humanos, encarecendo imediato reajuste dos vencimentos dos Servidores Públicos do Estado. — Em discussão.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Fabiano Braga Côrtes**). — Fica adiada a discussão para a próxima sessão, na forma do art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Domício Scaramella, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Diretor Superintendente da SANEPAR, no sentido de elaborar planos visando a

execução de serviços a fim de dotar as praias, na área do território do Município de Paranaguá, com redes de distribuições de água potável. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Romero Filho, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Departamento de Aeronáutica Civil, do Ministério de Aeronáutica, em forma de apelo, no sentido de que seja incluído o Aeroporto de Umuarama nas rotas aéreas comerciais do Estado e do País. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Waldyr Pugliesi, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente à Secretaria das Finanças, em forma de pedido de informações sobre a concorrência para o projeto de construção de Salto Segredo, em que a COPEL é delegada. — Em discussão.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Fabiano Braga Côrtes**). — Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Carlos Zanlorenzi, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente da TELEPAR, em forma de apelo no sentido de que sejam instalados postos telefônicos nas localidades de Barra Grande e Fazendinha, no Município de Rio Negro. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Carlos Zanlorenzi, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Presidente da SANEPAR, visando urgentes medidas no sentido de ampliar a rede de água do Município de Rio Negro. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Jurandir Mesias, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, em forma de apelo, no sentido de que se construa uma ponte ligando o Distrito de Altamira, Município de Palmital ao Município de Campina da Lagoa. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Jurandir Mesias, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário do Interior, no sentido de que gestione junto à TELEPAR, visando a instalação de um sistema telefônico monocal, no Distrito de Santa Maria, Município de Pitanga. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado David Cheriegate, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações aos Srs. Alceu Sperança e Carlos Sperança pela feliz iniciativa do lançamento de seu livro "Pequena História de Cascavel e do Oeste". — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado David Cheriegate, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de louvor ao Padre Luís Luise, pelo 28.º aniversário de permanência no Município de Cascavel. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Egon Pudell, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Srs. Ministro da Agricultura, Governador do Estado e Secretário da Agricultura, no sentido de uma definição clara e concreta a respeito da "Campanha de Combate ao Cancro Cítrico no Paraná". — Em discussão.

O SR. LINEU TURRA — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Fabiano Braga Côrtes**). — Adia-se para a próxima sessão na forma do art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Egon Pudell,

constante do expediente, solicitando o envio de expediente a diversas autoridades, encarecendo o traçado definitivo da chamada FERROVIA DA SOJA e seja estabelecida uma ligação entre diversas cidades. — Em votação.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Para encaminhar a votação.
O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Para encaminhar, concedo a palavra ao Sr. Deputado Nelson Friedrich.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Sr. Presidente, serei breve, para demonstrar taxativamente o apoio ao requerimento do ilustre Deputado Egon Pudell, até porque a última plenária das Associações Comerciais do Oeste do Paraná encaminhou requerimento neste sentido aos Parlamentares da região, bem como as autoridades nominadas no próprio requerimento, uma vez que a Rodovia da Soja definida recentemente merece o apoio de todos.

Mas eu exatamente utilizo deste instante para registrar aqui que essa ferrovia da soja, se acompanhar adequadamente a História do Paraná, nós veremos que no início da década de 30, o então Governador do Estado do Paraná quando houve por bem aprovar a idéia de se fazer a ligação férrea no interland do Estado, inclusive até Guarapuava, já previa no seu projeto que esta ferrovia deveria continuar com o seu braço estendido até a cidade de Guaíra.

Exatamente neste aspecto Sr. Presidente e Srs. Deputados, é que nós queríamos trazer esse dado histórico, aparentemente insignificante mas porque nós bem sabemos e estamos habituados a ver este tipo de interpretação de que ao longo desta histórica ferrovia da soja que ainda está no papel, aparecerão inúmeros padrinhos batizando a criança e tentando levar as glórias da iniciativa. E, de uma vez por todas, registre-se neste Parlamento, que a idéia do Governador do Estado do Paraná da época, no início da década de 1930, conforme projeto do Executivo, que poderá ser analisado e verificado não só nos Anais da História deste Estado, como também no arquivo competente do Estado do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Em votação o requerimento. — Aprovado.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — A Mesa defere e procederá a verificação de votação.

Os Srs. Deputados que aprovam, queiram levantar-se. — (Pausa).

Os Srs. Deputados que rejeitam, queiram levantar-se. — (Pausa).

13 Srs. Deputados aprovam, nenhum Sr. Deputado rejeita.

Não há "quorum" para prosseguimento da sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 9, sexta-feira, às 10,00 horas com a Ordem do Dia já anunciada anteriormente.

Levanta-se a sessão.

Matéria cuja transcrição nos Anais da Casa, foi aprovada a requerimento do Senhor Deputado Erondy Silvério, em sessão plenária do dia 7 de maio de 1980.

"UM PARLAMENTAR DE POUCA PRÁTICA, QUIS EXPOR O PARANÁ AO RIDÍCULO

BRASÍLIA — Parlamentar de pouca prática, sem o útil aprendizado político em nível de Câmara Municipal ou de Assembléia Legislativa, o jovem deputado Hélio Duque, que o MDB registrou candidato e o eleitorado norte paranaense elegeu para representá-lo, no Congresso Nacional, acabou prestando um desserviço ao nosso Estado. Ele ultrapassou limites fazendo denúncias por ter lido ou ouvir dizer.

É claro que não é tarefa fácil, num parlamento onde se reúnem políticos da maior expressão de todo o país, homens de larga experiência político-administrativa, um punhado de ex-Ministros, ex-Governadores e ex-Secretários, um jovem se destacar imediatamente, ser reconhecido e acatado pelo talento oratório, pela cultura ou pela vocação parlamentar. Afinal, o Parlamento é uma escola que só diploma uns poucos membros, que só atesta um deputado ou um senador, depois de prová-lo no seu agitado dia-a-dia. Nestes exames é matéria eliminatória o comportamento político, social e ético.

Os observadores políticos, os analistas, sabem que não é diploma fornecido pelo TRE que faz do cidadão comum um simples vereador, um deputado estadual, federal ou um senador da República. E a história, os Anais das Casas de Leis aí estão para dizer, pelo seu registro, quem é quem na vida política da nação. Os mandatos são todos idênticos, tem prazo estipulado, são renováveis e asseguram, ao seu portador, o direito de ocupar uma cadeira na Câmara, na Assembléia ou no Congresso. O que diferencia um deputado de um deputado é o equilíbrio, é ter a noção do que se espera dele.

Portanto, um deputado pode ser notícia por carregar uma melancia pendurada no pescoço, por usar capa-preta para esconder uma metralhadora, por andar de "short" e sandália, por posar de casaca e cueca. A atitude insólita de alguns de seus membros não denigre o Congresso. A compulsão oratória de outros não quer dizer que a Casa toda sofra de baianice aguda. Há deputados e deputados, senadores e senadores, todos iguais em direitos e deveres, mas classificados numa escala de valores que só se atinge o ponto inicial quando se é do ramo.

O que o jovem deputado Hélio Duque cometeu, conscientemente — isto é imperdoável — foi uma leviandade, ao usar sua tribuna, numa reunião do Congresso Nacional, para atacar o governo Ney Braga e o Presidente da Assembléia Legislativa, deputado Fabiano Braga Côrtes, acusando-os e responsabilizando-os por um ato de violência cometido, isoladamente, pelo deputado Quielise da Silva, só faltando pedir intervenção federal no Estado, pretender que a polícia atue ostensivamente, dentro do Palácio 19 de Dezembro, fornecendo uma imagem distorcida do nosso Legislativo Estadual aos seus pares. O assunto está restrito ao Paraná e é da economia doméstica do Palácio 19 de Dezembro. Além disto, o que é mais importante: está superado pelo tempo, pelo bom senso que norteou as lideranças particulares, a Executiva e os deputados envolvidos no incidente.

Querer transformar um simples e lamentável episódio isolado numa novela inteira é levar longe demais a imaginação, é pretender passar um atestado de ingênuo a toda uma coletividade política. Quando interpelado pelo deputado Fabiano Braga Côrtes, nos corredores da Câmara Federal, diante de inúmeros parlamentares, o deputado Hélio Duque confessou que se baseou em noticiário de um jornal local.

Enfim, a bancada pedessista na Câmara Federal tomou posição repudiando, publicamente, o pronunciamento do deputado Hélio Duque e a Assembléia Legislativa, no dia de hoje, terá conhecimento das ofensas dirigidas ao seu Presidente e também terá que assumir uma posição de desagravo."

Matéria cuja transcrição nos Anais da Casa, foi aprovada a requerimento do Senhor Deputado Fidelcino Tolentino, em sessão plenária do dia 8 de maio de 1980.

"CONCLUSÕES DA 1.a ETAPA DO I ENCONTRO DE PROFESSORES DO OESTE PARANENSE I EPOP

Os professores do Oeste do Estado, reunidos no "I Encontro de Professores do Oeste Paranaense - I EPOP", primeira parte, nos dias 19 e 20 de abril, em Cascavel, por iniciativa das entidades de classe do Magistério do Paraná — da Associação dos

Professores do Paraná - APP, da Associação dos Professores Licenciados do Paraná - APLP, e do Conselho de Representantes de Professores do Paraná - CRPP, para debater sobre "O Educador e a Realidade Atual da Educação Brasileira", dirigem-se aos professores do Paraná e à comunidade em geral, para levar as conclusões aprovadas após longos, grandes e elevados debates:

1. RECOMENDAR a participação dos professores na política, analisando os programas de cada partido, filiando-se conscientemente àquele que julgar melhor, tornando-se elementos candidáveis, para, em tudo, fazer e exigir a boa política, sem prejuízos de seu cargo de Professor.

2. CONVIDAR TODOS OS PROFESSORES para se filiarem às Entidades, ao mesmo tempo solicitar a fusão das três Entidades.

3. ELEGER uma diretoria provisória para a sub-sede da Região Oeste, formada com dois ou três elementos de Cascavel e um elemento de cada cidade aqui presente (Toledo, Terra Roxa, Capitão Leônidas Marques e Catanduvas).

4. RATIFICAR as conclusões da última Assembléia Conjunta das três entidades, realizada no dia 23 de março, em Curitiba.

5. EXIGIR a Reforma do Ensino, voltada para uma educação das classes trabalhadoras, através do ensino gratuito, de cursos realmente profissionalizantes e não apenas com disciplinas profissionalizantes, através de currículos mais adequados, de valorização dos mestres, enfim, que se revise e se repense, com os professores, através dos Representantes

de Classe, tudo o que exige o processo educacional humanizante.

6. REIVINDICAR

6.1. O enquadramento dos professores estabilizados, no Quadro Único para o Quadro Próprio do Magistério.

6.2. Lei de contagem recíproca de tempo de serviço prestado à empresa privada, prefeitura e estado, desde que não seja paralelo, nos moldes da lei federal.

7. EMITIR moção de solidariedade ao eminente Professor e Jurista DALMO DE ABREU DALLAR, que por motivo de sua prisão em São Paulo, não pode proferir conferência no Encontro e convidá-lo para proferir palestra em Toledo, na segunda parte do Encontro.

8. EMITIR moção de apoio aos professores de Minas Gerais, que a partir da próxima terça-feira entrarão em greve.

9. EMITIR moção em que conste:

1. Apoio aos metalúrgicos de São Paulo;

2. Protesto contra as intervenções nos sindicatos e contra as prisões e o enquadramento de seus líderes na Lei de Segurança Nacional.

Cascavel, 20 de abril de 1980.

Com o endosso das Entidades:

APP — Associação dos Professores do Paraná

APLP — Associação dos Professores Licenciados do Paraná

CRPP — Conselho de Representantes de Professores do Paraná.

Curitiba, 20 de abril de 1980".

FUNDO ESTADUAL DE PREVIDÊNCIA DO PARLAMENTAR - FEPPA
BALANCE
MÊS DE ABRIL DE 1.980

DÉBITO	CRÉDITO
BANCO DO ESTADO DO PARANÁ S/A.	
AGÊNCIA CENTRO CÍVICO	1.128.618,21
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	2.021.225,00
CONTA POUPANÇA	3.616.659,06
BANCO DO ESTADO DO PARANÁ S/A	44.066.295,87
CONTA POUPANÇA	
BANCO DO ESTADO DO PARANÁ S/A.	
PRAZO FIXO	
10.733.245,59	
45.631.629,93	
EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS	
PENSIONISTAS	
1.946.398,00	
MATERIAL DE CONSUMO	
8.085,00	
66.742,00	
2.488.040,85	
SEGUROS	
30.100,00	
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	
47.682.954,93	47.682.954,93

Reconhecemos a exatidão do presente balancete, somando a importância de "Quarenta e sete milhões, seiscentos e oitenta e dois mil, novecentos e cinquenta e quatro cruzeiros e noventa e três centavos".

ARY DOS SANTOS
CONTADOR CRC - 47 PR.

ANTÔNIO FACCI
TESOUREIRO

JORGE SATO
PRESIDENTE